

Por um anno 12\$000
 Por seis mezes 6\$000
 Por tres mezes 3\$000

Comunicados e correspondências,
 por linha 4000

A correspondência das provincias, assim
 a official como a particular, ou seja para
 realisar assignaturas da folha, ou para a
 publicação de editaes, annuncios ou com-
 munições, deve vir acompanhada da im-
 portancia das assignaturas ou do preço das
 publicações pedidas, sem o que não se lhe
 dará destino. Os annuncios serão dirigidos
 á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
 Augusta n.º 224 e 226.

ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA
 Por um anno 10\$000
 Por seis mezes 5\$000
 Por tres mezes 3\$000
 Avulso por folha 2040
 Annuncios, por linha 4060

A correspondência official da capital de-
 ve ser dirigida ao escriptorio do Diario na
 Lisboa, na imprensa nacional, noudo igual-
 mente se deve remetter, franca de porte, a
 correspondência das provincias, assim co-
 mo os periodicos que trocaram com o Diario
 de Lisboa.

Annunciam-se todas as publicações lit-
 terarias, de que se receberem dois exem-
 plares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam
 sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

Por ordem superior se faz publico que a rece-
 pção em grande gala, que se annunciara para o dia
 29 de abril ultimo por ser o anniversario da outor-
 ga da carta constitucional da monarchia portugueza
 por Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro IV,
 de gloriosa recordação, ha de effectuar-se no dia 7
 do corrente mez de maio, pela uma hora da tarde,
 no real pago das Necessidades; devendo n'esse mes-
 mo dia ter lugar, por igual motivo, as outras de-
 monstrações de publico regosio.

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição

Tendo-me pedido a camara municipal de Ton-
 della que, para cessarem os graves inconvenientes
 e prejuizos que resultam aos povos do seu concelho
 e ao cofre do municipio de serem julgadas no
 juizo de policia correccional as causas relativas a
 coimas, policia municipal ou transgressões de postu-
 ras, fosse eu servido revogar o decreto de 11 de
 agosto de 1854, que transferiu dos juizes eleitos
 para o juizo correccional o julgamento das ditas
 causas; e attendendo á informacão documentada do
 governador civil do districto de Vizeu, da qual se
 mostra que a pretensão da sobredita camara é fun-
 dada nos principios de utilidade publica e municipa-
 l: hei por bem, usando da faculdade concedida
 ao governo pela lei de 18 de abril do anno proxi-
 mo passado, revogar o citado decreto de 11 de ago-
 sto de 1854, a fim de que no concelho de Tondella
 reverta para os respectivos juizes eleitos o processo
 e julgamento das causas de coimas, policia municipa-
 l ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios
 do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça,
 assim o tenham entendido e façam executar. Paço
 das Necessidades, em 18 de abril de 1860. — REI.
 — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello —
 João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

4.ª Repartição

DESPACHOS

INSTRUÇÃO PRIMARIA

PROFESSORES VITALICIOS

Manuel Joaquim Guedes—nomeado para a cadeira
 de instrucção primaria (1.º grau) de Vianna do Cas-
 tello.

D. Maria Afra de Ascensão Correia de Andrade,
 —para a cadeira de instrucção primaria, para o sexo
 feminino, de Mafra.

Manuel Noronha da Silveira—para a cadeira de
 instrucção primaria (1.º grau) de Recardes, con-
 celho de Agueda, districto de Aveiro.

Joaquim Ribeiro Pereira de Carvalho—para a ca-
 deira de instrucção primaria (1.º grau) do logar do
 Freixo, freguezia de Villarinho, concelho da Lou-
 za, districto de Coimbra.

José Augusto Pereira Gonçalves—para a cadeira
 de instrucção primaria (1.º grau) do Espinhal, con-
 celho de Penella, districto de Coimbra.

Anna Amelia Augusta da Matta—para a cadeira
 de instrucção primaria do sexo feminino, de Oli-
 veira de Azeméis.

PROFESSORES TEMPORARIOS

D. Maria da Soledade Taveira—nomeada mestra
 substituta para a cadeira de instrucção primaria do
 sexo feminino da cidade de Portalegre.

José Pinto Camillo—para a cadeira de instrucção
 primaria de Penella da Beira.

Manuel Nunes da Costa Junior—para a cadeira
 de instrucção primaria da villa de Soure.

Escolastica da Conceição—nomeada para a ca-
 deira de ensino primario do sexo feminino da villa
 da Ericeira.

APPROVAÇÃO DE ESTATUTOS

Approvados os estatutos do Instituto de Coimbra,
 da assembleia recreativa fafense e da assembleia bri-
 gantina.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 2 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta
 de lei se annuncia, que vão andar em praça os fo-
 ros constantes da seguinte lista, para se proceder
 á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo
 maior lance que se offerecer, devendo o seu paga-
 mento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de
 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em
 moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de
 divida fundada interna ou externa, pelo seu valor
 nominal; sendo porém livre aos arrematantes paga-
 mento em prestações, e nas mesmas especies de moeda,
 entregando a primeira terça parte dentro do mesmo
 prazo, e a seguinte letas pelas restantes, a um, dois
 e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; lican-
 do os mesmos arrematantes, no caso de falta, res-
 ponsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda na-
 cional da nova praça, a que os fóros serão levados,
 bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em con-
 formidade com a respectiva legislação, cuja obser-
 vancia foi suscitada pela portaria do ministerio da
 fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposi-
 ções posteriores.

Lista 1744

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL
 DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
 NO DIA 11 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional
 que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º
 do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE BRAGA

CONCELHO DE BARCELLOS

Inventario n.º 295

26840 Fóro de 38 1/2 réis, um alqueire e dezesseis

sessenta e quatro avos de meado, e tres canadas e
 vinte e sete trinta e dois avos de vinho, imposto em
 varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Ma-
 ria de Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta Joa-
 quim José do Rego—15\$032.

26841 Fóro de 37 1/2 réis, nove cento vinte e oito
 avos de um alqueire de trigo, e um alqueire e cin-
 coenta e tres sessenta e quatro avos de meado, im-
 posto em varias propriedades, sitas na freguezia de
 Santa Maria de Villa Cova: praso em vidas. Em-
 phyteuta Maria da Conceição—14\$906.

26842 Fóro de 21 1/2 réis, oitenta e um cento
 vinte e oito avos de um alqueire de meado, e um
 quartilho e sete oitavos de vinho, imposto em varias
 propriedades, sitas na freguezia de Santa Maria de
 Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta Manuel
 José Dias—5\$622.

26843 Fóro de 10 1/2 réis, e tres oitavos de um
 alqueire de meado, imposto em varias proprieda-
 des, sitas na freguezia de Santa Maria de Villa Co-
 va: praso em vidas. Emphyteuta Antonio José dos
 Santos—2\$912.

26844 Fóro de 1 1/8 réis, e nove sessenta e qua-

tro avos de um alqueire de meado, imposto em
 uma leira, sita de Traz a Varge, na freguezia de
 Santa Maria de Villa Cova: praso em vidas. Em-
 phyteuta Manuel Francisco—1\$042.

26845 Fóro de 1 1/8 réis, e nove sessenta e qua-
 tro avos de um alqueire de meado, imposto em
 uma leira, sita de Traz a Varge, na freguezia de
 Santa Maria de Villa Cova: praso em vidas. Em-
 phyteuta João José do Valle—1\$042.

26846 Fóro de 48 1/2 réis, e um alqueire e cincoen-
 ta e tres sessenta e quatro avos de meado, imposto
 em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa
 Maria de Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta
 João José da Silva—14\$194.

26847 Fóro de 15 réis, um alqueire e quarenta e
 nove cento vinte e oito avos de meado, imposto em
 varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Ma-
 ria de Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta João José
 Gonçalves—10\$479.

26848 Fóro de 38 1/2 réis, e trinta e nove sesen-
 ta e quatro avos de um alqueire de meado, im-
 posto em varias propriedades, sitas na freguezia de

Santa Maria de Villa Cova: praso em vidas. Em-
 phyteuta Antonio José dos Santos—5\$115.

26849 Fóro de 10 1/8 réis, e nove dezeseis avos
 de um alqueire de meado, imposto em varias pro-
 priedades, sitas na freguezia de Santa Maria de
 Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta Francisco
 José Rodrigues—4\$271.

26850 Fóro de 15 réis, e um alqueire e dezeseis
 sessenta e quatro avos de meado, imposto em varias
 propriedades, sitas na freguezia de Santa Maria de
 Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta José Go-
 mes dos Santos—9\$495.

26851 Fóro de 23 3/8 réis, tres sessenta e quatro
 avos de um alqueire de trigo, e um alqueire e onze
 sessenta e quatro avos de meado, imposto em varias
 propriedades, sitas na freguezia de Santa Ma-
 ria de Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta
 Manuel José da Costa—9\$569.

26852 Fóro de 10 1/8 réis, e nove dezeseis avos
 de um alqueire de meado, imposto em varias pro-
 priedades, sitas na freguezia de Santa Maria de
 Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta Manuel
 José Dias—4\$271.

26853 Fóro de 4 1/2 réis, e tres dezeseis avos de
 um alqueire de meado, imposto em varias proprie-
 dades, sitas na freguezia de Santa Maria de Villa
 Cova: praso em vidas. Emphyteuta José Antonio
 da Costa—1\$445.

26854 Fóro de tres trinta e dois avos de um al-
 queire de meado, imposto em um predio, situado
 na freguezia de Santa Maria de Villa Cova: praso
 em vidas. Emphyteuta João José do Valle—683.

Somma R. 100\$078

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e
 que o laudêmio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-
 prios nacionaes, 28 de abril de 1860. — Antonio
 Joaquim da Silva.

RECTIFICACÃO

Na lista de venda de fóros n.º 1708, publicada
 no Diario de Lisboa n.º 97, de 28 de abril ultimo,
 onde está—fóros incorporados na fazenda nacional
 —leia-se—fóros incorporados na fazenda nacional
 que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º
 do decreto de 21 de outubro de 1852.

Receita cobrada na alfandega grande de Lisboa, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (a)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Abril	de importação.....	2.050.540		534.516		1.387.5818	
	de exportação.....	162.921.861		156.106.444		150.588.550	
	de reexportação.....	305.818		243.480		1.088.511	
	de portos.....	847.873		502.814		432.171	
	de portos.....	14.111.077		18.825.674		14.438.698	
	de portos.....	1.062.738		1.498.561		1.692.026	
	de portos.....	1.043.820		1.284.505		597.633	
	de portos.....	598.245		367.038		471.675	
	de portos.....	902.070		1.322.555		87.934	
	de portos.....	944.482		1.036.800		1.027.871	
	de portos.....	2.461.534		2.244.730		1.512.159	
	de portos.....	5.141.077		4.891.290		5.146.509	
Abril	de importação.....	965.349		1.248.302		2.23.870	
	de exportação.....	2.209.576		2.257.267		2.018.688	
	de reexportação.....	10.555		—		134.052	
	de portos.....	—		—		98.333	
	de portos.....	16.504		88.745		48.178	
	de portos.....	567.204		24.305		163.009	
	de portos.....	758.681		687.525		963.274	
	de portos.....	517.071		432.509		364.266	
	de portos.....	23.332.109		23.005.926		19.446.5205	
	de portos.....	219.970.244		217.482.201		201.330.930	
	de portos.....						
	de portos.....						

Receita cobrada na alfandega do Porto, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (a)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Abril	de importação.....	49.505		—		37.055	
	de exportação.....	113.443.025		91.852.520		103.154.714	
	de reexportação.....	101.180		43.670		814.239	
	de portos.....	341.295		50.785		293.978	
	de portos.....	3.445.525		5.787.530		7.129.718	
	de portos.....	843.636		932.887		1.235.253	
	de portos.....	439.304		605.328		436.298	
	de portos.....	30.010		87.840		174.240	
	de portos.....	241.245		513.348		513.348	
	de portos.....	3.978.185		4.808.585		2.979.446	
	de portos.....	98.175		188.325		1.240.011	
	de portos.....	670.550		962.550		487.992	
Abril	de importação.....	800.800		622.500		547.722	
	de exportação.....	977.865		376.700		251.344	
	de reexportação.....	4.327.570		1.617.280		740.679	
	de portos.....	1.217.300		1.174.300		1.477.621	
	de portos.....	3.806.405		3.219.535		3.584.170	
	de portos.....	—		37.140		112.447	
	de portos.....	—		3.300		10.443	
	de portos.....	511.335		658.145		667.833	
	de portos.....	1.669.600		1.416.234		1.584.076	
	de portos.....	272.190		—		42.592	
	de portos.....	114.865		60.210		32.874	
	de portos.....	77.369		16.730		192.001	
Abril	de importação.....	35.060		289.650		471.592	
	de exportação.....	97.315		112.360		59.692	
	de reexportação.....	23.590		16.190		23.595	
	de portos.....	15.756.205		13.445.295		15.113.524	
	de portos.....	153.692.554		128.786.539		143.010.932	
	de portos.....						
	de portos.....						
	de portos.....						
	de portos.....						
	de portos.....						
	de portos.....						
	de portos.....						

Receita cobrada na alfandega municipal de Lisboa, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (c)			
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL		
Abril	Direitos	carne, etc.	19.397.863		23.093.356		25.450.469		
		cereaes	16.385.414		21.451.220		12.049.229		
		legumes secos	610.585		1.194.883		1.424.065		
		de consumo	vinho	20.072.811		13.220.878		13.322.578	
			aguardente	486.807		425.133		894.965	
		liquidos	azeite	2.948.740	66.248.554	2.518.093	66.776.857	2.178.323	61.401.390
			vinagres	212.589		110.099		174.821	
		varios artigos	combustiveis	1.651.065		1.409.715		1.509.493	
			fructos	4.804.394		8.620.820		4.216.822	
		adicionaes nos emolumentos (8 por cento)		178.817		181.395		181.395	
		produto de fazendas abandonadas		-3-		-3-		97.023	
		do aluguer de logares da dita alfandega		-3-		-3-		116.492	
		decima de emolumentos		142.582		106.322		2.208.322	
		siza de propriedade		2.367.777	2.605.630	2.537.945	2.782.973	2.208.322	2.606.810
		condemnações		1.3143		51.249		21.822	
armazenagem		92.540		85.500		73.119			
Amortisação de notas	imposto por carta de lei de 25 de abril de 1857	6.858	6.859.5072	1.5721	6.998.266	-3-	5.694.522		
			75.713.256		76.497.860		69.703.805		

Francisco Soares de Pinho, idade 24 annos, solteiro, filho de Antonio Soares de Pinho e de Jacinta de Pinho, natural do Porto, trabalhador.

João Duarte, idade 19 annos, solteiro, natural de Portimão, marítimo.

Marianna Rosa Tavares, idade 65 annos, viuva, natural da ilha Terceira.

Manuel Pacheco, idade 46 annos, solteiro, natural da ilha de S. Miguel.

Manuel de Oliveira Torres, idade 43 annos, casado.

Manuel de Azevedo Fernandes, idade 30 annos, casado.

José Pereira, idade 45 annos, viuvo, filho de Francisco Pereira e de Maria Magdalena, natural de Mafra, marítimo.

José Francisco da Rocha, idade 30 annos.

Antonio Joaquim Pereira, idade 39 annos, casado, filho de Balthazar José Coelho e de Anna Maria Machado, natural de Guimarães, alfaiate.

José Soares de Oliveira, idade 40 annos, solteiro, natural do Porto, trabalhador.

Candida Narciza, casada, filha de Francisco José e de Maria Joaquina, natural da ilha Terceira.

João Gonçalves de Lemos, idade 28 annos, solteiro, trabalhador.

Maria, filha de Elias Caetano de Medeiros, natural da ilha de S. Miguel.

Antonio Gonçalves, idade 26 annos, solteiro.

Luiz Machado Vieira, idade 50 annos, natural da ilha Terceira.

Manuel Vieira, idade 48 annos, casado.

José da Costa Lopes, idade 24 annos, solteiro.

José Espindola, idade 60 annos, filho de João Espindola e de Maria Rosa, natural da ilha Graciosa, cosinheiro.

Manuel Bento, idade 18 annos, solteiro, filho de Bento José e de Maria Isabel, natural da ilha do Pico, trabalhador.

Antonio de Sousa Gomes Sequeira, idade 28 annos, solteiro.

Philomena, idade 3 annos, filha de Francisco José.

Antonio Ferreira Lage, idade 44 annos, casado.

Firmino José Rodrigues, idade 40 annos, solteiro.

José Francisco da Rosa, idade 44 annos, solteiro, filho de José Francisco da Rosa e de Maria Candida, natural da ilha do Fayal, trabalhador.

Jacinto Cardoso de Carvalho, idade 21 annos, filho de José Francisco e de Genoveva Rosa do Coração de Jesus, natural da ilha Terceira, trabalhador.

Manuel Rodrigues de Taveira, idade 20 annos, solteiro, filho de José Rodrigues Taveira e de Maria Caetana, natural do Porto.

Antonio de Barros, idade 31 annos, casado, filho de João Alves e de Anna de Barros, natural da villa da Feira.

Manuel Joaquim Gomes, idade 30 annos, solteiro, filho de Antonio Joaquim Gomes e de Mathildes Candida, natural da ilha da Madeira, sapateiro.

José Duarte Leão Junior, idade 21 annos, solteiro, filho de Manuel Duarte Leão e de Maria Josepha de Jesus, natural de Felgueiras, caixeiro.

Domingos Caetano Ferreira, idade 22 annos, solteiro, natural do Porto, marítimo.

Leopoldina Florinda, idade 17 annos, solteira, natural da ilha das Flores.

José Manuel, idade 24 annos, solteiro, filho de Manuel Rodrigues e de Maria Rosa, natural do Porto, trabalhador.

Ignacio José Teixeira, idade 33 annos, casado, filho de José Teixeira e de Maria Rosa, natural da ilha Terceira, trabalhador.

Antonio José Borges, idade 28 annos, solteiro, filho de Manuel Antonio Borges e de Rosa Maria Teixeira, natural de Braga, feitor.

Olimpio de Almeida Meirelles, idade 18 annos, solteiro, filho de Ignacio de Almeida e de Anna Augusta Meirelles, natural do Porto, caixeiro.

Antonio Ribeiro, idade 13 annos, solteiro.

Manuel Gomes da Costa, idade 33 annos, natural do Porto.

Joaquim José de Moura, idade 27 annos, solteiro.

Domingos Ferreira, idade 33 annos, solteiro.

Antonio Alves Rodrigues, idade 30 annos, solteiro, filho de José Martins Alves e de Maria Rodrigues, natural de Villa Real, trabalhador.

Francisco Rodrigues Soares, idade 22 annos, solteiro, filho de João Rodrigues Soares e de Anna Rodrigues da Costa, natural de Braga, calafete.

José Leite, idade 25 annos, casado, filho de Antonio Leite Pinho e de Rita de Oliveira, natural de Guimarães, carpinteiro.

Manuel Leite de Freitas, idade 35 annos, solteiro, natural de Guimarães, trabalhador.

Francisco de Paiva idade, 19 annos, solteiro, natural da ilha de S. Miguel, marítimo.

Joaquim da Costa Machado, idade 20 annos, solteiro, caixeiro.

Victorino Soares, idade 48 annos, solteiro.

Francisco José da Silva Vianna, idade 20 annos, solteiro, canteiro.

Antonio de Sousa, trabalhador.

João Pereira Goularte, idade 31 annos, solteiro, filho de José Pereira Goularte e de Maria das Candeias, natural da ilha do Pico.

Antonio Manuel, idade 32 annos, casado, filho de Francisco Cordeiro e de Maria Botelho, natural da ilha de S. Miguel, trabalhador.

Maria da Conceição, idade 25 annos.

Manuel Pereira, natural da ilha de S. Miguel.

Antonio da Silva Mello, idade 15 annos, solteiro.

Manuel Joaquim Mesquita, idade 35 annos, casado, negociante.

Anna Maria da Silva, idade 34 annos.

Ignacio Joaquim Luiz de Villa Nova, idade 67 annos, viuvo.

José Antonio Antunes, solteiro, feitor.

Bento Gonçalves, idade 42 annos, solteiro, natural do Porto, trabalhador.

Manuel da Costa Pinto, idade 24 annos, solteiro, filho de Antonio da Costa Pinto e de Anna Moreira, natural de Famalicão, lavrador.

José da Rocha, idade 42 annos, viuvo, filho de Manuel da Rocha e de Anna Dias, natural do Porto, trabalhador.

Francisco Vicente Tosta, idade 20 annos, solteiro, filho de Vicente Tosta e de Maria Catharina, natural da ilha Terceira, trabalhador.

Manuel Antonio de Faria, idade 39 annos, solteiro, filho de Antonio José de Faria e de Maria Alves, natural de Braga, cavoeiro.

Francisco dos Santos, idade 18 annos, solteiro.

Manuel Joaquim Marques, idade 23 annos, solteiro, filho de Manuel Joaquim Marques e de Joanna da Silva, natural de S. João de Lousada, trabalhador.

Ventura Alves Pereira, idade 24 annos, solteiro.

Paulina Augusta de Freitas, idade 35 annos, casada.

José da Silva Henriques, idade 54 annos, casado.

Manuel Ribeiro Sampaio, idade 18 annos, solteiro.

José Simões Moreira, idade 35 annos, solteiro.

Bento José da Silva, idade 55 annos, casado.

Bartholomeu da Silva, idade 20 annos, solteiro, filho de Manuel da Silva e de Antonia Jacinta, natural da ilha do Pico, charuteiro.

Francisco Tavares, idade 52 annos, solteiro, filho de Domingos Tavares e de Maria Soares, natural da Terra da Feira, remador.

Filipe Pereira Gordo, idade 36 annos, solteiro.

Thomazina Rosalina dos Santos, idade 52 annos, viuva, natural de Lisboa.

João Ferreira, idade 35 annos, solteiro, filho de José

Ferreira e de Anna de tal, natural da ilha de S. Miguel, trabalhador.

Antonio da Silva, idade 24 annos, solteiro, filho de Manuel Antonio da Silva e de Maria Thomazia da Silva, natural do Porto, trabalhador.

João Cardoso, idade 14 annos, solteiro, filho de João Cardoso e de Maria Cardoso, natural do Porto, trabalhador.

João Ferreira da Costa, idade 33 annos, casado, filho de Manuel Ferreira da Costa e de Anna Moreira, natural de S. Martinho do Campo, trabalhador.

Antonio Pereira Ferraz, idade 54 annos, viuvo, filho de Francisco Pereira Ferraz e de Anna do Bab., natural do Porto.

Francisco da Silva Pereira, idade 16 annos, solteiro.

Manuel Pinto, idade 55 annos, viuvo, filho de Felix Pinto e de Joaquina Maria, natural de Amante.

José Botelho, idade 57 annos, solteiro, filho de José Botelho e de Catharina Rosa, natural da ilha de S. Miguel, creado.

José Rodrigues Ferreira, idade 20 annos, solteiro.

José Francisco da Costa, idade 44 annos, casado.

José Ferreira Pinto de Carvalho, idade 29 annos, solteiro.

Manuel Affonso Ribeiro, idade 31 annos, casado.

Antonio Maia, idade 20 annos, solteiro, natural do Porto.

João de Sousa, idade 58 annos, casado, trabalhador.

João Ribeiro de Vasconcellos, idade 38 annos, solteiro, filho de Manuel Ribeiro de Vasconcellos e de Anna Pereira, natural do Porto, trabalhador.

Manuel José, idade 29 annos, casado, filho de Balthazar José da Silva e de Bernardina Rosa, natural do Porto, trabalhador.

Manuel José Barbosa, idade 19 annos, solteiro, filho de João de Sousa e de Quiteria Luiza, natural de Ponte do Lima, trabalhador.

Francisco Gomes Gajo, idade 37 annos, casado, filho de Manuel Gomes Gajo e de Anna Dias de Oliveira, ferreiro.

Manuel Joaquim de Menezes, idade 33 annos, solteiro, filho de Francisco de Sousa Menezes e de Thereza Maria, natural do Porto, feitor.

Francisco Affonso, idade 27 annos.

Francisco José Ferreira Guimarães, idade 45 annos, solteiro, caixeiro.

Antonio Pinto, idade 32 annos, solteiro, caixeiro.

João Jacinto Jacome, idade 45 annos, casado, filho de Manuel Jacome e de Umbelina da Conceição, natural da ilha de S. Miguel, trabalhador.

Manuel Francisco Bornardo, idade 58 annos, solteiro, filho de Manuel Francisco Bernardo e de Maria Gomes, natural do Minho.

Manuel de Jesus, idade 23 annos, solteiro, natural de Olhão.

José Joaquim Salgueiro, idade 20 annos, solteiro, caixeiro.

José Dias de Castro, idade 27 annos, solteiro, natural de Guimarães.

Francisco Affonso da Costa, idade 14 annos, solteiro.

Francisco Teixeira Pinto, idade 43 annos, solteiro.

Antonio Canivete, idade 20 annos, solteiro, filho de José Canivete e de Barbara Tavares, natural da ilha de S. Miguel, carroceiro.

Manuel Francisco de Aguiar, idade 47 annos, casado, filho de Manuel Gonçalves e de Maria Soares, natural do Porto, trabalhador.

José Antonio de Pinho, idade 25 annos, solteiro, natural do Porto, trabalhador.

Antonio Mathias, idade 35 annos, casado, filho de José de Aguiar e de Margarida Rosa, natural da ilha de S. Miguel, cavoeiro.

Custodio Ribeiro, idade 26 annos, solteiro.

Antonio de Almeida, idade 68 annos, solteiro.

José Cordero, idade 25 annos, solteiro, feitor.

Manuel José Affonso Gomes, idade 38 annos, solteiro, caixeiro.

José Antonio de Sampaio, idade 18 annos, solteiro, caixeiro.

José Martins de Azevedo, idade 38 annos, solteiro, filho de José Martins de Azevedo e de Justina Rosa, natural da ilha Terceira, trabalhador.

Manuel Cardoso de Lemos, idade 25 annos, solteiro, filho de Francisco Cardoso de Lemos e de Maria Cardoso, natural do Porto, carroceiro.

Manuel Gonçalves da Silva, idade 30 annos, casado, filho de Maria de Jesus, natural do Porto, trabalhador.

Joaquim Benedicto, idade 12 annos, filho de Benedicto Marchante e de Maria do Carmo, natural da ilha Terceira, charuteiro.

Francisco Paulino de Albuquerque, idade 31 annos, solteiro, filho de Paulino de Albuquerque e de Margarida de Almeida, natural do Porto, charuteiro.

Domingos José da Silva Vieira, idade 24 annos, solteiro.

Sabino Antonio Baptista, idade 28 annos.

Antonio Ferreira, idade 44 annos, natural de Barcellos.

João da Costa Lima, idade 21 annos, solteiro.

Manuel Ferreira Pinto, idade 40 annos, casado.

Manuel Valente da Silva, idade 14 annos, solteiro, filho de Bernardo Valente da Silva e de Maria Rosa de Pinho, natural do Porto, charuteiro.

Antonio Pereira da Motta, idade 20 annos, solteiro, filho de Manuel Pereira da Motta e de Maria Pinto Ferreira, natural do Porto, trabalhador.

Filipe Gomes Artello, idade 20 annos, solteiro, filho de Francisco Gomes Artello e de Anna de Sousa, natural da Povoa de Varzim, marinheiro.

Manuel José Dias, idade 20 annos, solteiro.

Francisco Ignacio Pereira, idade 20 annos, solteiro.

João Soares Loureiro, idade 26 annos, solteiro.

Quiteria Rosa da Silva, idade 24 annos, solteira.

Maria Thomazia Garony, idade 65 annos, casada.

Joaquim de Mattos Brandão, idade 26 annos.

Florindo Pinto Lobo, idade 16 annos, solteiro.

Albino de Campos, idade 35 annos.

Manuel Espindola Bittencourt, idade 22 annos, solteiro.

José Silveira do Amaral, idade 50 annos, casado, filho de João Silveira do Amaral, natural da ilha do Fayal.

Manuel Francisco d'Avila, idade 16 annos, solteiro, filho de José Francisco d'Avila e de Rosa Emilia, natural da ilha de S. Jorge.

Francisco Teixeira Bernardo, idade 30 annos, solteiro.

Domingos Coelho, idade 36 annos, solteiro, filho de José Coelho e de Maria Ignacia Pereira, natural de Vianna.

Manuel de Jesus, idade 38 annos, solteiro, filho de João Rodrigues e de Faustina Maria, natural de Lisboa, padeiro.

Julio Cardoso, idade 26 annos, solteiro, filho de João Cardoso e de Josepha da Silva.

Anna Maria, idade 25 annos, solteira.

Manuel Vicente, idade 24 annos, solteiro, filho de José Francisco e de Maria Jacinta, natural da ilha de S. Miguel.

João Ribeiro de Campos, idade 17 annos, solteiro, filho de Manuel Ribeiro de Campos e de Thereza Moreira, natural de Penafiel.

José da Luz, idade 21 annos, natural do Barreiro.

Antonio Tiburcio Nunes, idade 22 annos, natural da Ericira.

José da Silva, idade 50 annos.

José Manuel da Silva, idade 26 annos, solteiro.

Manuel da Silva Ramos, idade 38 annos, viuvo.

Francisco Gomes.

Antonio Tavares de Pinho, idade 34 annos, casado.

Maria da Gloria, idade 14 annos, solteira.

Bernardo José da Silva, idade 30 annos, solteiro.

João Monteiro de Oliveira, idade 20 annos, solteiro.

Manuel Pedro, idade 15 annos, solteiro.

José da Motta, idade 35 annos, casado, filho de Manuel da Motta e de Custodia Magalhães, natural de Braga.

José Marianno Saudade, idade 20 annos, solteiro, filho de Marianno José Medeiros e de Thereza de Jesus, natural da ilha de S. Miguel.

Antonio Caetano de Sousa, idade 21 annos, solteiro, filho de Antonio Caetano de Sousa e de Anna Rita, natural da ilha de S. Miguel.

José Domingues da Costa, idade 20 annos, solteiro, filho de Antonio José Domingues e de Maria Rosa da Costa, natural do Porto.

Maria Luiza, idade 30 annos, solteira, filha de José Duarte da Silva e de Maria Luiza, natural da ilha do Fayal.

Domingos Simões, idade 60 annos, viuvo, filho de José Simões e de Rosa Francisca, natural do Porto.

Joaquim de Sousa Macedo, idade 20 annos.

Manuel José, idade 29 annos, casado.

Maria do Monte Freitas, idade 33 annos.

Lino José Ferreira Braga, idade 14 annos.

Joaquim Martins de Abreu Gama, idade 26 annos.

José Loureiro da Silva, idade 19 annos.

Anna Joaquina, idade 50 annos.

Antonio José da Costa Ondal, idade 23 annos, solteiro.

José Bento Fontão, idade 28 annos, casado, filho de Domingos Fontão e de Maria Rosa Bugarin, natural de Arcos de Valle de Vez.

Henrique Pereira Leitão, idade 16 annos, solteiro, filho de João Pereira Leitão e de Marianna de Jesus, natural de Coimbra.

Antonio Francisco Quintas, idade 27 annos, solteiro, filho de Manuel Francisco Quintas e de Maria Thereza Gonçalves, natural do Porto.

Francisco Pereira, idade 12 annos, filho de Francisco Pereira e de Maria Isabel, natural de Castello Branco.

Domingos Luiz de Amorim, idade 41 annos, filho de Antonio de Amorim e de Anna da Purificação, natural do Porto.

Alexandrino Pedro da Silva, idade 22 annos, viuvo, filho de João Rodrigues da Silva e de Quiteria Maria, natural da ilha da Madeira.

Manuel dos Santos Silva, idade 90 annos, viuvo, filho de João de Sousa e de Maria Constantina, natural do Porto.

João Martins Baptista, idade 14 annos, solteiro.

Antonio Rodrigues, idade 25 annos, natural da ilha do Pico.

Justina Luiza Amelia, idade 23 annos, solteira.

Antonio Tavares Pacheco, idade 18 annos, solteiro, filho de João Tavares e de Jacinta Tavares, natural da ilha de S. Miguel.

José de Brum Ferreira, idade 40 annos, solteiro.

Henrique Esteves de Sousa Azevedo, idade 18 annos, solteiro.

Manuel Pacheco Nunes, idade 22 annos, solteiro, natural da ilha de S. Miguel.

Delfina Candida de Bittencourt, idade 18 annos, solteira, natural da ilha Terceira.

Francisco da Silva, idade 22 annos, solteiro, natural do Porto.

Joaquim Domingues de Sousa, idade 20 annos, solteiro, natural do Porto.

Antonio José da Costa, idade 18 annos, solteiro, filho de Manuel José da Costa e de Anna Maria da Costa, natural do Porto, carroceiro.

Marianna Gertrudes Maia, idade 91 annos, viuva, filha de Alexandrino Gomes e de Leocadia Maia, natural de Lisboa.

Francisco de Moura Coutinho, idade 29 annos, solteiro, natural de Bastos.

João Antonio, idade 60 annos.

Doutor Antonio Joaquim Augusto Soares, idade 34 annos, solteiro.

Antonio da Silva Pinto, idade 24 annos, solteiro, filho de João da Silva Pinto e de Marcellina Rodrigues, natural de Braga.

José Maria da Conceição, idade 21 annos, solteiro, filho de João Maria da Conceição e de Maria Candida, natural do Porto.

Francisco da Costa, idade 30 annos, casado, filho de Manuel da Costa e de Maria Neiva, natural de Braga.

Francisco da Silva Lisboa, idade 27 annos, solteiro, filho de João da Silva e de Catharina Maria, natural de Cintra, carpinteiro.

Silvina Marques, idade 36 annos, casada, filha de Manuel Ferreira Lopes e de Maria Marques, natural do Porto.

José Joaquim, idade 18 annos, solteiro, filho de Joaquim Puga e de Anna de Jesus, natural da ilha de S. Miguel, sapateiro.

Francisco da Costa, idade 38 annos, casado, filho de Antonio da Costa e de Albina do Carmo, natural da ilha Terceira.

Bernardo Nogueira da Gama, idade 34 annos.

José Ferreira, idade 25 annos, solteiro.

Antonio Teixeira, idade 22 annos, solteiro.

Custodio José Teixeira, idade 64 annos, casado, cosinheiro.

Manuel Antonio Lopes, idade 20 annos, solteiro.

Antonio de Oliveira, idade 38 annos, solteiro, filho de José de Oliveira e de Maria Joaquina, natural do Porto.

Antonio Gonçalves Barroso, idade 20 annos, solteiro, filho de João Gonçalves Barroso e de Rosa Maria, natural de Barcellos.

Theotônio Maria, idade 28 annos, solteiro, filho de José Maria e de Anna Jacinta, natural da ilha Terceira, carpinteiro.

Manuel Teixeira Bernardo, idade 27 annos, casado, filho de Joaquim Teixeira Bernardo e de Anna Joaquina da Silva, natural do Porto.

José Rodrigues Leite Braga, idade 40 annos, solteiro.

Antonio de Sousa Barros, idade 25 annos, casado.

José Joaquim Pacheco, idade 40 annos.

Rosa de Jesus, idade 21 annos, solteira.

Francisco de Paula Dias, idade 56 annos, solteiro.

José Maria Rodrigues, idade 26 annos.

Julio Augusto de Moraes Figueiredo, idade 20 annos.

Manuel Monteiro Lopes de Faria, idade 13 annos, filho de Antonio Manuel Monteiro e de Maria Luiza de Abreu Lima, natural de Guimarães, caixeiro.

Amancio de Oliveira, idade 14 annos, solteiro, natural da ilha de S. Miguel.

Manuel de Oliveira, idade 57 annos, casado, filho de José de Oliveira e de Thereza Catharina, natural da ilha do Pico.

Manuel José da Motta, idade 22 annos, solteiro, filho de Antonio Joaquim da Motta e de Anna dos Reis, natural de Bastos, charuteiro.

Manuel Ferreira, idade 45 annos, solteiro, filho de Domingos Ferreira e de Maria José, natural do Porto, cosinheiro.

O que se faz publico para conhecimento dos interessados.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 30 de abril de 1860. — *Emilio Achilles Montevide*.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Attendendo ao que me representou Anna Ignacia do Espirito Santo Lopes, viuva do porteiro da administração geral dos correios, Maximo Joaquim Lopes, pedindo a pensão que lhe confere a regulação mandada observar por decreto de 13 de agosto de 1854, e sendo certo que a supplicante exhibiu os documentos exigidos por lei, e que seu marido servira por espaço de dezessete annos, cinco mezes e treze dias, com assiduidade, e bom comportamento: hei por bem, conformando-me com o parecer que a este respeito fez subir á minha real presença o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, conceder á sobredita Anna Ignacia do Espirito Santo Lopes a pensão annual de 150\$000 réis, á vista do disposto no artigo 19.º da citada regulação, e no § 2.º do artigo 3.º do decreto de 30 de dezembro de 1836.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o teinha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 26 de abril de 1860. — *REI*. — *Antonio de Serpa Pimentel*.

DIREÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas—2.ª secção

EDITO

Pela repartição de minas da direcção geral das obras publicas e minas no ministerio respectivo se annuncia em observancia dos artigos 60.º e 61.º do regulamento á lei de minas de 9 de dezembro de 1853, publicado na folha official n.º 294 de 14 de dezembro do mesmo anno, haver requerido a direcção da companhia *harmonia* a concessão provisoria da mina de carvão de pedra, sita em Val de Carros no lugar de Ervedosa, concelho de Gondomar, districto do Porto: convidam-se todas as pessoas a quem possa prejudicar a concessão pedida para apresentarem as suas reclamações no referido ministerio dentro do preffixo prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este edito. E para que chegue ao conhecimento dos interessados vae elle ser transcripto no *Diario de Lisboa* como dispõe o artigo 60.º do já citado regulamento.

Repartição de minas, em 4 de maio de 1860. — *Antonio José de Sousa Azevedo*.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Bernardino Antonio da Silva, como receptor do concelho de Santarem, desde 28 de maio de 1845 até 31 de maio de 1846, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o accordo de 11 de dezembro de 1858 pelo qual os herdeiros e representantes de Bernardino Antonio da Silva foram condemnados a pagar á fazenda publica a quantia de 36\$960 réis, pelo agio correspondente á importancia de 92\$400 réis, que satisfiz em notas do banco de Lisboa, pelo saldo da sua gerencia como receptor do concelho de Santarem, no periodo decorrido desde 28 de maio de 1845 até 31 de maio de 1846; visto o requerimento de fl. 100 de Bernardino Antonio da Silva em que, na qualidade de representante do fallecido responsável, pede ser declarado quite para com a fazenda, pela citada gerencia do responsável; visto o recibo de fl. 101 pelo qual se mostra que o recorrente entrára em 27 de maio de 1859, no cofre central do districto de Santarem, com a referida quantia de 36\$960 réis; vistas as informações da 2.ª direcção de fl. 102, 103 e 106 d'este processo, e o mais que d'elle consta: julgam, em conformidade do § 5.º do artigo 13.º do regulamento de 27 de fevereiro de 1850, quites para com a fazenda publica os herdeiros e representantes do dito receptor do concelho de Santarem, Bernardino Antonio da Silva, no periodo decorrido desde 28 de maio de 1845 até 31 de maio de 1846, e livres e desembargados quaesquer valores depositados, e extinctas quaesquer fianças que, relativamente a esta gerencia no periodo mencionado, se houvessem prestado para segurança e caução do estado.

Lisboa, 4 de abril de 1860. — *Margiochi*, relator — *Lara* — *Albergaria* — *Dr. Nogueira Soares*. — *Fui* presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — *Secretaria* do tribunal de contas, 20 de abril de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez*.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Henrique Pedro Setaro, como receptor do concelho de Almada no anno economico de 1858 a 1859, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que, visto o processo da conta da responsabilidade de Henrique Pedro Setaro, como receptor do concelho de Almada no anno economico de 1858 a 1859, mostra-se pela conta de fl. 73 v. e 74 importar o seu debito e o seu credito em uma igual quantia de 89:415\$764 réis; mostra-se que o debito se compõe de 72:021\$419 réis, que passaram por balance, em dinheiro e documentos de cobrança, da sua anterior gerencia de 22 de julho de 1851 a 30 de junho de 1858, julgada por accordo do 1.º de junho de 1859, e de 17:394\$345 réis que recebeu no periodo da gerencia de que resa este processo em titulos para cobrar em receita eventual e em impressos sellados; mostra-se que o credito se forma de 109\$093 réis das annullações de receita virtual de fl. 7 a 18, de 20:396\$485 réis das entregas que verificou nas caixas centraes do ministerio da fazenda como se vê pelos recibos de fl. 25 a 69, e de 68:910\$186 réis que passaram por balance para a conta do anno economico corrente, sendo 68:023\$386 réis em documentos de cobrança, e 886\$800 réis em dinheiro; mostra-se finalmente que o responsável comparecera espontaneamente em juizo, declarando conformar-se com a conta liquidada, e pedindo que o processo seguisse seus termos até final julgamento; o que tudo visto e o mais que consta dos autos: julgam a referida conta bem e devidamente processada, e em sua conformidade declaram o sobredito Henrique Pedro Setaro quite para com a fazenda publica, pela sua gerencia de receptor do concelho de Almada no anno economico de 1858 a 1859, com a declaração de passar a seu cargo para a conta do seguinte anno economico o referido saldo de 68:910\$186 réis nas especies mencionadas.

Lisboa, 4 de abril de 1860. — *Margiochi*, relator — *Lara* — *Albergaria* — *Dr. Nogueira Soares* — *Larcher*. — *Fui* presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — *Secretaria* do tribunal de contas, 20 de abril de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez*.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio de Lemos Sousa e Castro, como receptor que foi do concelho de Moura desde 8 de agosto de 1847 até 31 de março de 1857, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o relatorio fl. 860, e o estado da conta fl. 855, da gerencia de Antonio de Lemos Sousa e Castro, como receptor que foi do concelho de Moura desde 8 de agosto de 1847 até 31 de março de 1857, mostrando importar o debito da mesma conta em 146:586\$766 réis, e similhantemente o credito n'uma igual somma, nas especies

e proveniente das fontes ahi designadas; comprehendidos no credito 16:253\$775 réis que passaram em transição a cargo do seu successor Francisco de Brito Lobo Guerreiro de Aboim, segundo consta da respectiva escripturação e termo appenso; vistos os documentos comprovativos das addições de que se fôrma o debito e o credito, juntos ao processo, entre os quaes figuram os recibos originaes das entregas que o responsável effectou no cofre central do districto na importancia de 120:779\$659 réis, e os talões dos recibos e auctorisação de varios pagamentos que fez pelo total de 4:716\$470 réis; visto finalmente o requerimento fl. 862, em que o mesmo responsável, por intermedio de seu procurador devidamente constituído, declara dispensar a citação e conformar-se com a conta liquidada: julgam consequentemente o sobredito Antonio de Lemos Sousa e Castro quite com a fazenda publica, na qualidade de receptor que foi do concelho de Moura desde 8 de agosto de 1847 até 31 de março de 1857, em que o substituiu Francisco de Brito Lobo Guerreiro de Aboim. E dão por extincta a fiança relativa a esta responsabilidade, devendo os bens e valores que a formavam ser restituídos a quem pertencer.

Tribunal de contas, 3 de abril de 1860. — *Paiva Pereira*, relator — *Sampaio* — *Lobo*. — *Fui* presente, Blance.

Está conforme. — *Secretaria* do tribunal de contas, 1 de maio de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez*.

EDITAL

A junta do lançamento da decima e impostos annexos do bairro de Alcantara pelo 1.º semestre do anno civil de 1860 faz saber que o lançamento respectivo ás freguezias de S. Paulo, Santos o Velho, Santa Isabel, Santa Catharina, Lapa, e S. Pedro em Alcantara, *inter muros*, estará patente na casa da administração, travessa nova da Esperança n.º 25, desde as dez horas da manhã até ás tres da tarde, por espaço de quinze dias, que principiam no dia 15 do mez de maio, e findam em 31 do mesmo mez, para serem examinados pelos interessados; e que durante este prazo receberá todas as reclamações que se lhe fizerem contra o mesmo lançamento, as quaes deverão ser escriptas em papel sellado de 40 réis a meia folha, e assignadas pelos reclamantes. Os documentos que juntarem devem ser sellados.

Em conformidade do disposto no artigo 69.º das instruções de 22 de abril de 1851, faz a junta saber que as collectas que definitivamente se lançarem, contra as quaes não houver reclamação ou recurso, hão de infallivelmente ser pagas, ainda nos casos de erro de calculo, ou injustiça manifesta, a que o ministerio da fazenda haja de attender por meio de recurso extraordinario, nos casos em que este póde ter logar; pois que, havendo deferimento favoravel, só poderá haver compensação no lançamento do anno futuro, conforme dispõe o § 28 do titulo 3.º do regulamento das decimas, de 9 de maio de 1654.

A publicação do deferimento das reclamações ha de fazer-se, findo o dito prazo de quinze dias, nos termos prescriptos no artigo 75.º das referidas instruções; e a interposição dos recursos deve ter logar no prazo, e pelo modo prescripto no mesmo artigo e seguintes.

Em observancia do artigo 48.º das citadas instruções faz a junta saber, que além da decima e imposto de creados e cavalgaduras, que no lançamento se comprehende, se hão de incluir nos respectivos conhecimentos, os documentos de cobrança, mais quinze por cento para a feitura das estradas, calculadas sobre a importancia total dos ditos rendimentos da decima e imposto de creados e cavalgaduras.

E para constar se publica e affixa o presente. Lisboa, 30 de abril de 1860. — O administrador, presidente da junta, *Pedro José da Silva Leitão*.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericordia d'esta corte manda annunciar que no dia 25 do corrente mez de maio ha de ter logar o pagamento dos dotes ás orphãs, cujos requerimentos já se acham despatchados na contadoria da mesma santa casa, e houverem verificado os seus casamentos até ao fim de março do corrente anno.

Contadoria da misericordia de Lisboa, 4 de maio de 1860. — O official maior, *Antonio Izidoro de Almeida*.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 7 do corrente mez, pelas onze horas da manhã, na sala das suas sessões, no referido estabelecimento, ha de contratar em praça publica a feitura de treze pias de pedra, conformes com o modelo que existe na casa das obras do dito hospital, e segundo as condições que estão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do mesmo estabelecimento.

Contadoria do hospital de S. José, em 1 de maio de 1860. — O official maior, *Manuel Cesario de Araújo e Silva*.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, na sala das suas sessões, no dia 10 do corrente, pelo meio dia, 20 peças de brim, 40 peças de zuarte, e 1000º de panno de linho, para fardamentos da marinhagem dos navios da armada.

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica no dia 11 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, 36 peças de fillete de diversas cores, para o serviço da armada.

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, na sala das suas sessões, no dia 12 do corrente, pelo meio dia, 150 barris estanques forrados, cada um dos quaes possa conter seis almudes de vinho, para uso da armada.

No dia 14 do corrente ha de o mesmo conselho, na sala das suas sessões, pelo meio dia, comprar em hasta publica 100 colchões e travesseiros de lã, para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 4 de maio de 1860. — O secretario, *Antonio Joaquim de Castro Gonçalves*.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Anacleto José do Carmo Pinheiro — Conde de Alva, Conde de Santa Maria, Carlota Joaquina — Francisco Firmino Gonzaga Pereira, Francisco Mathews da Costa — Genrac (mr.) — João José de Freitas, João da Silva Carvalho, Joaquim Macias — Maria Eugenia Mendes, Maria Gertrudes, Maria Guadalupe, Maria José, Maria José de Gouveia — Pereira (sr.) — Thereza de Jesus Costa — Visconde da Luz.

Administração central do correio de Lisboa, em 4 de maio de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA Sessão DE 27 DE ABRIL
PRESIDENCIA DO EX.^{mo} SR. VISCONDE DE LABORIM,
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello
Marquês de Niza).

(Assistiu o sr. ministro do reino.)

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 25 dignos pares, declarou o ex.^{mo} sr. presidente aberta a sessão.

Lida a acta da sessão antecedente, disse

O sr. Marquês de Niza:—que notou dizer-se na acta que elle tomara a palavra sobre a generalidade do projecto de lei, o que não é exacto: tanto assim, que nem estava presente quando d'elle se tractou.

O sr. Presidente:—não ha mais observação a fazer sobre a acta...

Um offcio do digno par marquez de Loulé, participando ter fallecido no dia 26 de abril, pelas sete horas e meia da tarde, o marechal duque da Terceira.

O sr. Visconde de Fornos de Algodres:—é para declarar que, não tendo podido assistir á sessão d'esta camara, em que se approvou o projecto do caminho de ferro, na sua generalidade, se estivesse presente de certo o approvaria.

O sr. Presidente:—não ha observação nenhuma a fazer a respeito da acta: está approvada conforme o regimento.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—sr. presidente: eu vim aqui, por parte do governo, para cumprir o doloroso dever de annunciar á camara, que hontem, pelas sete horas e meia da noite, falleceu o nobre marechal duque da Terceira, presidente do conselho de ministros. Este desgraçado acontecimento consterna o coração de todos os portuguezes (apoiados *geraes*), não só pela perda de um valente e honrado militar, mas também pela saudade do homem que fez relevantes serviços ao seu paiz, e que foi um dos que abriu as portas da liberdade aos portuguezes (apoiados).

Esta dolorosa occorrença não permite que os ministros da coroa possam assistir á sessão de hoje, o que faço saber a v. ex.^a

O sr. Marquês de Vallada:—sr. presidente, eu estou vivamente affectado depois das palavras do sr. ministro do reino. Como mais proximo parente do sr. duque da Terceira, cuja morte todo o reino e todos os partidos deploram (apoiados *unanimemente*), não posso deixar de agradecer ao seu collega o sr. ministro do reino a justiça que fez ao meu defuncto parente e amigo (commoção no orador). Espero eu que a camara, seguindo o exemplo da Belgica, quando morreu o heroe da sua independencia, suspenda as suas sessões como fez o senado belga, até que se entregue á terra o cadáver do illustre finado, defensor dedicado (apoiados e viva *sensação* em todos os dignos pares) dos direitos do rei, o homem que concorreu quanto pôde para que este paiz podesse gosar das justas conquistas da civilização e trazer as justas liberdades a esta terra (muitos apoiados).

A camara perdoará a impressão que sinto, e o desalinhado das palavras; mas tendo assistido aos ultimos momentos do duque, peço á camara me permita lhe repita o que elle disse... (grande commoção no orador) quando estava a espirar, e que foi: «cumpri sempre com o meu dever, fui sempre catholico, espero morrer como homem religioso, sem hypocrisia...» Foi assim que se despediu de mim, acrescentando que communicasse estas palavras aos seus amigos... Isto prova o caracter do nobre duque, que foi sempre sincero e verdadeiro... (muitos apoiados e *sensação*). Não posso dizer mais nada, não tenho cabedal para mais.

(O orador sentou-se commovido.)

O sr. Visconde de Alge:—sr. presidente, se eu soubesse que o sr. ministro do reino, e o sr. marquez de Vallada, haviam de fallar sobre este objecto, de certo que não pediria a palavra. Pedi-a, não para levantar minha voz, porque no estado em que temos o coração não é possível fallar; mas para balbuciando dizer duas palavras sobre o sentimento profundo de que a camara se acha possuida, e em honra e com saudade do benemerito duque da Terceira (apoiados).

Sr. presidente, esta cessação de trabalhos parlamentares que já teve hoje lugar na outra camara, e que vai também agora ter lugar n'esta, é a expressão mais forte e significativa do pesar que opprime os corações de todos (muitos apoiados), porque, para se suspenderem trabalhos de interesse publico, é preciso que haja uma causa forte e justificativa: essa causa existe, é a morte do nobre duque da Terceira, d'esse valente soldado, d'esse exímio e excelso varão que desde sua infancia até aos ultimos momentos de sua vida foi sempre verdadeiro defensor da sua patria, e das liberdades publicas (apoiados *geraes*). Sr. presidente, não ha palavras que possam significar o seu merecimento e o nosso pesar (repetidos apoiados).

Sr. presidente, era para ver quando nós todos á porta corriamos a casa d'aquelle nobre e virtuoso cavalheiro, para sabermos em que grau se achava a sua enfermidade, como de todos os lados das ruas eramos interrogados por muitas pessoas de todas as classes, que ansiosas desejavam saber se por ventura havia alguma esperança de ser salvo (apoiados).

Esta é a verdadeira significação do aprego em que geralmente eram tidas as qualidades civicas e moraes do nobre duque da Terceira, e é por isso que aquellas cinzas, ainda mornas, exigem hoje um signal de gratidão de todos os verdadeiros portuguezes, e muito especialmente d'esta camara (apoiados).

Sr. presidente, o nobre duque da Terceira desde a sua infancia trabalhou pela independencia da sua patria, na defeza de suas liberdades, e tudo com grande risco da sua vida (repetidos apoiados). Haja vista do que elle praticou na ilha Terceira, onde, correndo imminente perigo, não hesitou um só momento em atravessar com bloqueio por baixo do vivissimo fogo da artilheria, para salvar a patria (muitos apoiados); haja vista do que n'aquelle tempo disse um homem d'estado que fez honra a Portugal, cujo nome é conveniente recordar: fallo do illustre sr. Antonio Guerreiro, que assim se exprimiu n'um conselho, a que o nobre duque também assistiu: «O conde de Villa Flor morre, mas o conde de Villa Flor vive ir.» E o conde de Villa Flor foi, e a divina providencia salvou-o (apoiados).

Sr. presidente, eu não posso, não tenho força, nem é para a minha humilde intelligencia, teer o panegyrico do illustre duque da Terceira, porque a sua vida deve occupar uma das mais gloriosas e distinctas paginas da historia portugueza, mas a camara dos pares desde já lhe tributa sua homenagem significativa do seu profundo sentimento e saudade.

O nobre duque da Terceira não deixou filhos, o que é para sentir, pois, a deixa-los, certo estou de que haviam de seguir as pisadas de seu illustre pai; deixou porém uma esposa virtuosa (vozes: ouçam), que em toda a extensão da palavra é credora da maior estima e consideração, não só por ser esposa do duque da Terceira, mas pelas suas

virtudes, e por todos esses dons que podem tornar estimavel e respeitada uma senhora. A duqueza da Terceira é viuva do duque da Terceira, mas também é esposa politica da nação portugueza, que não a ha de abandonar (apoiados *geraes*), e que ha de mante-la na posição devida ao seu nascimento, e ás suas raras virtudes. Espero que os poderes publicos não de concorrer, quanto possível, para galardoar aquella virtuosa senhora (apoiados *prolongados*).

O sr. Visconde de Athouga:—permitta-me a camara que eu, que pertenco á classe militar, levante a minha voz, mas franca e sincera, para declarar que uno os meus votos aos dos dignos pares que me precederam; porque a respeito do nobre duque, d'aquelle exímio varão, nada mais poderei acrescentar depois das vozes autorisadas dos srs. marquez de Vallada e visconde de Alge.

Sr. presidente, a nobre viuva do grande general acompanhou seu marido á ilha Terceira, e partilhou de todos os trabalhos e perigos por que elle passara. Estão presentes alguns d'aquelles que viram como ella, pela sua virtude, e pelas maneiras affaveis com que sempre recebeu a todos em sua casa, soube conciliar todos os partidos e unir todos os desejos, concorrendo assim para o bem da patria.

Eu não sou suspeito, sr. presidente. Já quando era membro da outra casa do parlamento fiz uma pequena exposição, por occasião de se tratar dos serviços que o general Wellington tinha feito ao nosso paiz, e tendo-o feito a esse general, porque o não farei ao nobre duque da Terceira, que tomou a Terceira, o ponto, a base principal onde se formou a alavanca, que nos deu em fim a liberdade?

Concluo, sr. presidente, pedindo a v. ex.^a que proponha á camara que ella suspenda os seus trabalhos; que se não nomeie commissão para assistir ao seu enterro, mas que v. ex.^a convide toda a camara para acompanhar á sepultura as cinzas do valente general, fiel soldado, e o primeiro defensor da liberdade do nosso paiz.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—profundamente commovido expoz, que, se não tivera a honra de servir sob as ordens do distincto marechal, fôra contudo seu amigo, seu collega, e era como elle portuguez, e n'este ultimo titulo vertia lagrimas, vendo baixar á sepultura o nobre militar que, com as armas na mão, defendeu as liberdades publicas, e a independencia nacional. Naquelle qualidade, pois, de collega e de amigo tiveira hontem mesmo a honra de procurar a virtuosa duqueza da Terceira, por parte do gabinete, para lhe significar que na primeira sessão das camaras o ministerio proporá não uma pensão, mas um tributo de gratidão nacional á proclama viuva, cujas lagrimas não pôde encher, mas que a patria espôsa politicamente na sua viuva.

O sr. Visconde de Alge:—agradeço pela minha parte, e julgo poder fazelo em nome da camara, o passo delicado que deu o sr. ministro do reino (apoiados), como órgão do gabinete, apresentando-se á virtuosa duqueza da Terceira. Estimo muito saber que o governo já estava decidido a apresentar na camara dos srs. deputados a competente proposta, para que o paiz remunerasse do modo que lhe seja possível os importantissimos serviços do defuncto marechal duque da Terceira e os merecimentos e virtudes da illustre duqueza; e espero que tanto n'esta camara como na outra se dê um testemunho inequivoco de respeito, votando-se a proposta por aclamação (apoiados).

O sr. Presidente:—vou pôr á votação a proposta do digno par o sr. marquez de Vallada, para que se suspendam os trabalhos da camara até que o cadáver do illustre duque da Terceira seja levado á sepultura.

A camara approvou unanimemente.

O sr. Presidente:—agora declaro que não posso satisfazer ao pedido feito pelo digno par o sr. visconde de Athouga, para que se convidem os dignos pares para assistirem ao funeral, porque me parece que, se o fizesse, irrogaria uma injustiça aos sentimentos dos dignos pares (apoiados); e portanto, parece-me que a camara significa melhor o sentimento de que se acha possuida, deixando ao arbitrio dos dignos pares procederem como julgarem mais conveniente (apoiados).

Estão terminados os trabalhos. A proxima sessão terá lugar na segunda feira (30), sendo a ordem do dia a mesma que estava dada para hoje.—*Eram tres e meia horas da tarde.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 27 de abril de 1860

Os srs. visconde de Laborim; marquezes de Ficalho, de Fronteira, das Minas, de Niza, da Ribeira, de Vallada; Condes de Alveiz, de Bomfim, de Mello, de Paraty, do Sobral; bispo de Beja; viscondes de Alge, de Athouga, de Balsemão, de Benagzil, de Campanhã, de Castellões, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, da Luz, de Ovar; barões de Arruda, de Porto de Moz; Aguiar, Larcher, Izidoro Guedes, Eugenio de Almeida, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 4 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX.^{mo} SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Sendo um quarto depois do meio dia, verifica-se, pela chamada, estarem presentes 77 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.^o Do sr. Gonçalves de Freitas, de que o sr. Freitas Branco não comparece á sessão de hoje por incommodo de saúde.—Inteirada.

2.^o Do sr. Blanc (Hermenegildo), de que o sr. Teixeira de Sampaio não pôde comparecer á sessão de hoje por motivo justificado.—Inteirada.

3.^o Do sr. Ramiro Coutinho, de que deixou de comparecer a algumas das precedentes sessões, por incommodo de saúde.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.^o Um offcio do ministerio da fazenda, participando que não existe n'este ministerio, documento algum, relativamente ao tratado com a Hollanda sobre Solor e Timor.—Para a secretaria.

2.^o Do ministerio da guerra, participando que n'este ministerio não existe documento algum, relativo ao tratado com a Hollanda sobre Solor e Timor.—Para a secretaria.

3.^o Do ministerio dos negocios estrangeiros, acompanhando os documentos que lhe foram pedidos, relativamente á reclamação apresentada pelo governo britannico, a favor dos proprietarios do cutter *inglez Herald*, apresado pelas autoridades portuguezas de Lourenço Marques.—A commissão de fazenda.

4.^o Do ministerio da justiça, participando, para a camara tomar a resolução que lhe parecer mais adequada, que Francisco Teixeira Viegas requereu que se conceda licença aos srs. deputados A. J. de Avila, Alves Martins, e D. Rodrigo de Menezes, para deporem como testemunhas em um processo de liberdade de imprensa.—É concedida a licença.

5.^o Uma representação da camara municipal de Celorico da Beira, pedindo que por conta do estado se façam as despesas para as expropriações necessarias n'esta villa, para a estrada de Celorico á Guarda.—A commissão de obras publicas.

6.^o De muitos habitantes do concelho de Ancião, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

7.^o Da camara municipal e habitantes de Pinhel, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma commissão.

8.^o De cento e vinte e seis habitantes do concelho da Horta, contra o projecto para a extincção da relação dos Açores.—A commissão de legislação.

9.^o Da camara municipal da cidade da Horta, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma commissão.

10.^o De cento e nove habitantes da villa de Nordeste, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma commissão.

11.^o De cento e nove e um habitantes da villa da Povoação, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma commissão.

12.^o De muitos habitantes do concelho da villa de Lagoa, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma commissão.

13.^o Da camara municipal de Lagoa, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma commissão.

Di-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.^o Requeiro que se peça ao governo para enviar com toda a urgencia a esta camara, pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar, todos os officios, acompanhados dos respectivos documentos, do procurador da coroa, na ilha de S. Thomé e Príncipe, Benjamin Cupertino, que respeitem ao trafico da escravatura n'aquella ilha.—O deputado por Arganil, J. Dias Ferreira.

É remetido ao governo.

2.^o Requeiro que sejam remetidos á commissão de instrução publica o requerimento dirigido á camara dos srs. deputados na legislatura ultima; por Joaquim Antonio Leite, jardineiro e guarda da aula de botanica da universidade, e o parecer que a commissão de fazenda dêra sobre este requerimento, na sessão do anno de 1859.—Forjaz Pimentel.

É enviado á commissão de instrução publica.

O requerimento do sr. Julio do Carvalho, para se recomendar ao governo que decreta uma pensão á filha do visconde de Bobeda, é enviado á commissão de petições.

O sr. Presidente:—a mesa, em virtude do encargo que lhe foi dado por resolução unanime da camara, dirigiu-se hoje a casa da ex.^{ma} duqueza da Terceira, e julgou que o melhor modo de satisfazer ao encargo que tinha recebido da camara, era depositar nas mãos da mesma ex.^{ma} duqueza viuva uma copia autentica da acta de 27 de abril; assim o fez; e s. ex.^a mostrou-se sumamente penhorada, e declarou que seria eterna a sua gratidão para com todos aquellos cavalheiros que tinham mostrado tanta consideração para com a memoria de seu defuncto marido.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—no jornal *Opinião* de hoje deparou com um artigo sobre a fabrica de vidros da Marinha Grande, sobre o qual chama a attenção da commissão de fazenda d'esta camara.

Ali se faz ao governo uma arguição pela demora do praso para o arrendamento da mesma fabrica. Abunda no sentido do artigo, em quanto á urgencia de se abrir a fabrica indispensavel ao sustento da povoação que nasceu, creou-se, e tem de continuar a viver á custa da fabrica. Deve porém á verdade o dizer que o ministro da fazenda lhe parece ali injustamente agredido e inculcado de indolencia, porque n'esta camara já s. ex.^a apresentou um projecto de lei para se autorisar a pôr em praça a fabrica, e resolver no mais curto praso aquella questão de interesse vital para a povoação da Marinha Grande.

Este projecto está affecto á commissão de fazenda. Sabe quanto esta commissão se acha sobrecarregada de trabalho; mas sendo assás simples o projecto do governo, toma a liberdade do pedir lhe dê quanto antes o seu parecer; mesmo para fazer cessar clamores fundados, é que até certo ponto poder desconhecitar o governo perante a opinião publica, menos exactamente informada.

Acresce que ha pessoas sérias desejosas de concorrer ao arrendamento, e portanto muito convem habilitar quanto antes o ministro e aproveitar os seus offerecimentos.

O sr. Palmeirim:—effectivamente está affecto á commissão de fazenda o projecto a que se referiu o illustre deputado para se arrendar a fabrica da Marinha Grande; mas a commissão ainda não pôde apresentar o seu parecer, porque, para a fazer mais justificativamente, precisa de alguns esclarecimentos que pediu ao ministerio da fazenda, estando com tudo a commissão muito convencida da conveniencia de apresentar esse parecer.

O sr. Encarnação Coelho:—envia para a mesa duas representações da camara municipal do Poaires, uma sobre a directriz do caminho de ferro a Thomar pelo Valle dos Cabacos; e outra sobre a directriz do mesmo caminho de Coimbra para Aveiro.

O sr. Bivar:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Lagoa pedindo a approvação do contrato feito entre o governo e Charles Langlois. Na mesma representação se demonstram os fundamentos pelos quaes é conveniente que a directriz da estrada, chamada do littoral, em vez de ir por Silves, vá por Lagoa e Villa Nova de Portimão.

O sr. Jacome Correia:—manda para a mesa duas representações contra a proposta de lei do sr. ministro da justiça, sobre a extincção da relação dos Açores. Uma da camara municipal do concelho de Nordeste e a outra da camara municipal do concelho da Povoação. Manda também para a mesa alguns centenares de assignaturas dos habitantes do concelho da Ribeira Grande e do concelho de Ponta Delgada, adherindo ás representações apresentadas no mesmo sentido.

O sr. Infante Pessanha:—envia para a mesa uma representação da camara municipal de Castro Verde, pedindo a approvação do contrato para a continuação do caminho de ferro do sul. Esta representação já vem um pouco tarde, contudo não pôde deixar de a apresentar, porque serve como de resposta a alguns illustres deputados que tem posto em duvida a vontade dos povos d'aquelle districto a este respeito.

O sr. Dias Ferreira:—envia para a mesa uma representação da camara municipal de Tabua, na qual chama a attenção do parlamento para a necessidade urgente de se construir dois ramaes de estrada de curta extensão, 8 a 10 kilometros pouco mais ou menos cada um, que atravessam o importante concelho que ella dignamente administra, mas que são do mais elevado interesse provincial e nacional.

O primeiro é a continuação do ramal, comprehendido no plano geral das estradas do reino, que vai de Santa Comba Dão á Cancellã; communicando aquella villa com a estrada da Foz Dão a Celorico, por meio da ponte de S. João de Areias sobre o Mondego até entroncar na estrada de Coimbra a Celorico. O illustre deputado por Tabua, penetrado da necessidade d'esto ramal, já n'uma das sessões passadas fez um requerimento a esta camara no mesmo sentido; requerimento que provocou esta representação, na qual a digna camara municipal de Tabua, aproveitando do modo o mais lisongeiro o procedimento do illustre deputado por aquelle circulo, junta os seus votos para o mesmo fim. Este ramal, communicando as estradas de Vizeu e Foz Dão com a de Coimbra a Celorico, é da mais subidua vantagem para todos os povos da margem esquerda do Mondego, que ficam ao nascente e

ponto da serra da Estrella, e immediatamente para os habitantes dos ricos concelhos de Ceia, Oliveira do Hospital e Tabua; porque os pde em contacto com a Foz Dão, e desenvolve o commercio, que se faz em grande escala d'aquem e d'alem da serra com a cidade do Porto. O traçado porém d'este caminho deve ser dirigido de maneira que elle vá entroncar na estrada de Coimbra a Celorico nas alturas de Mouronho, para quando os recursos do thesouro o permittirem ser prolongado até á importante povoação de Coja no concelho de Arganil, seguindo d'ahi pelo porto da Balsa no concelho da Pampilhosa, para a Covilhã, Bello-Monte e outras povoações da Beira Baixa, até entroncar na estrada de 1.^a classe de Castello Branco á Guarda.

A illustre camara municipal de Tabua faz sentir, em segundo lugar, a necessidade urgente de se abrir o ramal da Raiva a entroncar na estrada em construção de Coimbra a Celorico. A junção do ramal com esta estrada deve fazer-se na Catrião dos Poços, para communicar com mais alguns kilometros de caminho Arganil com o porto da Raiva, e prolongar-se opportunamente até aos Cepos, n'este concelho, e seguir d'ahi pelo concelho da Pampilhosa até o Alemenjo.

O caminho da Raiva, tornando accessiveis as avenidas d'este porto ao transitio e á circulação, ha de ser o tronco e a base de todas as communicações da Beira com a cidade de Coimbra, com a Figueira e Lisboa, por quanto, sendo os transportes aquaticos incomparavelmente mais baratos do que os terrestres, a condução de grande parte das Beiras, especialmente de mercadorias, far-se-ha pelo porto da Raiva, que tem uma via fluvial navegavel até á Figueira, e d'aqui um grande caminho maritimo. Tem sido propagada com affino na imprensa a necessidade d'este caminho, aconselhada e recommendada pelos corpos municipaes e autoridades locais, de maneira que só resta o governo e as cortes cumprirem o seu dever.

O sr. Garcia Peres:—pede que lhe seja reservada a palavra para quando estiver presente o sr. ministro das obras publicas, a quem quer perguntar quando se abrirá á circulação o ramal do caminho de ferro para Setubal.

O sr. Dias de Azevedo:—requer ao sr. presidente que haja de cumprir o regimento, não consentindo que nenhum sr. deputado falle senão do seu lugar ou da tribuna, para se poder ouvir o que se trata.

O sr. Presidente:—achando justo este pedido, concedo os illustres deputados a occuparem os seus lugares para a boa ordem dos trabalhos.

O sr. Couto Monteiro:—manda para a mesa uma representação de grande numero de proprietarios e habitantes da freguezia de Sapataria, no concelho da Arruda, pedindo a reconstrução da estrada de Lisboa a Torres Vedras pela Cabeça de Montachico. Os signatarios depois de mostrarem a conveniencia d'esta estrada, tanto para o publico como para o thesouro, offerecem dinheiro e serviços para este mesmo fim. Este procedimento é digno do maior elogio, e creio que deve contribuir poderosamente para que se defira a esta representação.

O sr. Palma:—pergunta á mesa se já vieram do ministerio da fazenda os esclarecimentos que pediu na sessão de 12 do mez passado.

E aproveitando a occasião chama a attenção da commissão de administração publica sobre um projecto por elle apresentado, e que foi remetido á mesma commissão, respectivo a um objecto importantissimo não só para o circulo que representa, mas em geral para a provincia do Algarve, como é, a concessão do convento das freiras Bernardas de Tavira á camara municipal para estabelecer um asylo.

O sr. Presidente:—os esclarecimentos pedidos pelo illustre deputado ainda não consta que viessem.

O sr. Zepherino Rodrigues:—envia para a mesa dois pareceres da commissão de petições, um a respeito de um requerimento de Pedro de Sousa Canavarro, e outro de D. Escolastica Xavier Barreiros.

O sr. Mendes de Vasconcellos:—renova o pedido que fez quando se começaram os trabalhos parlamentares, sobre o negocio da santa casa da misericórdia de Elvas, sobre o qual está sendo constantemente instado.

Deseja que o sr. ministro respectivo declare o estado em que se acha este assumpto, que tem sessenta annos de idade; e era isso agora facil, visto achar-se em Lisboa o chefe da nossa missão em Madrid.

É tão justo e tão fundada esta reclamação da santa casa da misericórdia de Elvas, tendo, como disse, perto de sessenta annos de idade, que a impaciencia sobre a resolução d'este assumpto é justificadissima.

O sr. Silva Cunha:—tendo apresentado na sessão de 25 de abril uma representação da commissão do recenseamento da villa de Sabrosa, e não se tendo feito menção d'ella no extracto publicado no *Diário de Lisboa*, deseja saber se se extraviou, ou qual foi o seu destino.

O sr. Presidente:—deu-se conta da representação a que o illustre deputado allude no extracto da sessão do dia immediato ao da apresentação; e já se deu tambem conta d'ella no *Diário de Lisboa*.

O sr. Couto Monteiro:—respondendo ao sr. Palma, por parte da commissão de administração publica, declara que a representação da camara municipal de Tavira, a que s. ex.^a se referiu, lhe foi distribuida ha poucos dias; mas tendo de ser ouvida sobre ella a commissão de fazenda, não tem a commissão, a que tem a honra de pertencer, podido apresentar o seu parecer, o que fará logo que receba a resposta da commissão de fazenda.

O sr. Thiago Horta:—envia para a mesa um parecer da commissão de guerra.

O sr. Affonseca:—pede se lhe reserve a palavra para quando esteja presente o sr. ministro das obras publicas.

Pede igualmente ás commissões respectivas hajam de dar o seu parecer sobre dois projectos que apresento, relativos a medidas para a ilha da Madeira.

Lê-se na mesa um parecer da commissão de fazenda, em que é de parecer que seja remetida ao governo a representação da misericórdia da villa de Azurara, em que pede ser dispensada do pagamento do imposto do sello pela concessão do exequatur para a fundação de uma capella dentro do hospital de S. João Evangelista.

É aprovado.

O sr. Couto Monteiro:—manda para a mesa um parecer da commissão de administração publica.

O sr. Presidente:—indica novamente os nomes dos srs. deputados que devem formar a grande deputação que tem de assistir á solemnidade que fizeu transferida para o dia 7 do corrente, e avisa os srs. deputados nomeados que a recepção deve ter lugar á uma hora da tarde.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 18

O sr. Presidente:—continua a discussão sobre o artigo 2.^o do projecto n.º 18, e mais dois artigos addicionaes, que foram hontem apresentados pelo sr. Avila, que contém materia nova, mas que, tendo sido admittidos, ficaram em discussão conjuntamente com o artigo 2.^o do projecto.

O sr. Avila (sobre a ordem):—tendo o sr. ministro declarado na penultima sessão, que aceitava as duas propostas, se elle, orador, conviesse em duas modificações ás mesmas propostas, declara, e já o tinha dito antes, que concorda plenamente n'essas

modificações: a primeira para que o minimo do juro em lugar de ser de 6 1/2 por cento seja de 7 por cento, e a segunda para que no caso do governo mandar fazer o caminho de ferro por conta do estado, por não haver quem o quizesse fazer nem por subvencção, nem por minimo de juro, se eliminasse a somma de 3.200.000\$000 réis que tinha estabelecido, porque a somma não é correspondente á obra que tem de se fazer; e como o seu fim é que a obra se faça, concorda que se elimine essa somma, e que seja aquella que o governo tiver de gastar na obra.

O sr. Bivar:—na proposta da commissão trata-se da hypothese de que o caminho se faça por adjudicação ou subvencção pecuniaria; isto é, de um tanto por kilometro. O sr. Avila, imaginando que podia dar-se a hypothese de que o contrato por essa somma não podesse ir por diante, quiz autorisar o governo para fazer o contrato por outra base, pela garantia do minimo de juro; e dado o caso de que o caminho se não podesse ainda assim fazer, apresentou um artigo 3.^o para que o governo ficasse autorisado a fazer o caminho por sua conta. Vota por estas propostas, não só porque o sr. ministro as accietou, mas porque entende que assim ficam todas as hypothese prevenidas.

Deseja porém fazer uma simples observação acerca do artigo 2.^o, e apresentar um § ao artigo 3.^o Sobre o artigo 2.^o entende que tendo o contrato sido feito sobre a base da subvencção directa, necessariamente, tendo já sido aprovado o artigo 1.^o do projecto da commissão, se tiver de se contratar sobre outra base, tem de se alterar alguma das disposições do mesmo contrato. Parece-lhe que a autorisacção comprehendendo estas alterações, entretanto julga conveniente que isto vá bem definido na lei para depois se não suscitarem difficuldades.

Com relação ao artigo 3.^o, dada a hypothese de que o contrato feito se não possa levar por diante, e tambem se não possa contratar pelo minimo de juro, e que o governo tenha de fazer o caminho por conta do estado, manda para a mesa o seguinte § em additamento ao artigo 3.^o:

«§ unico. A exploração do caminho de ferro construido pelo modo indicado no artigo antecedente será adjudicada á empresa que melhores condições e garantias offerecer para a exploração do mesmo caminho, obrigando-se esta a estabelecer á sua custa todo o material fixo e circulante.» Bivar.»

É admittido á discussão.

O sr. Garcia (sobre a ordem):—a moção de ordem que vai mandar para a mesa é um additamento ao 2.^o artigo addicional, offerecido pelo sr. Avila, que autorisa o governo a mudar a base da subvencção pela garantia do minimo de juro de 7 por cento sobre 24.000\$000 réis por kilometro.

O systema que propõe está ainda pouco ensaiado, e só tem conhecimento de que existe hoje nos caminhos romanos; entretanto parece-lhe conveniente que se experimente.

Diz-se que o caminho de ferro não se pôde fazer por 24.000\$000 réis por kilometro; não sabe ao certo, porque infelizmente entre nós fazem-se contratos por subvencção, sem se saber a relação da subvencção com o preço kilometrico, mas o que sabe é que a companhia do caminho de ferro do Barreiro pagou muito cara a aprendizagem, despendeu muito dinheiro, e foi muito enganada. E isto não admira, porque em toda a parte os primeiros caminhos de ferro custaram muito caros. No Barreiro aconteceu o mesmo; havia trabalhador que não sabia manejar uma pá; hoje já estão mais habilitados, e assim como a Inglaterra e a França, por exemplo, no principio obtiveram os seus caminhos de ferro muito caros em comparação do preço porque se obtém hoje, assim nós com a experiencia que tivemos, já hoje devemos estar habilitados para conseguirmos os nossos caminhos por menos preço.

Julga que não será excessivo o preço de 24.000\$ réis, porque a expropriação não é tão cara como em França, as madeiras tambem não são muito caras e tambem o é

vernos têm recorrido ao mesmo meio; quebre-se uma vez esta monotonia, procure-se levantar meios por outro modo que não seja pelo aumento da dívida fundada. Sempre entendemos que não se pôde levantar dinheiro senão sobre títulos de dívida fundada; mas em quanto a dívida fluctuante ha mesmo letras sobre rendimentos do estado que servem de penhor a essa dívida.

Também entende que é muito conveniente a alternativa de se fazer o caminho do ferro por conta do estado. Grita-se muito contra as obras feitas por conta do estado, mas também nem todas as obras feitas por conta de companhias têm tido um resultado satisfactorio, e na provincia do Minho, que é uma das provincias onde ha mais viação, as estradas foram feitas por conta do estado. Ha casos em que as obras devem ser feitas por conta do estado, e não deve mesmo esquecer o exemplo que nos dão outras nações, attendendo-se também a circumstancia do paiz não estar completamente desarmado. Pois o sr. ministro das obras publicas não foi também já ministro da guerra? Não é o actual sr. ministro da guerra também director geral das obras publicas? Não estão fazendo serviço no ministerio das obras publicas duzentos officiaes que pertencem ao exercito? Pois então empreguem-se também os soldados nas obras publicas quando a força do exercito seja sufficiente para isso. Tem havido contestações a este respeito, mas nações analogas á nossa têm empregado o exercito na feitura de obras publicas; por exemplo, a Suecia, onde as obras são mais baratas por este motivo. Mas ainda que não houvesse a vantagem do custo, havia a vantagem do governo empregar a força militar em obras publicas, podendo mais tarde emprega-la em outro fim, quando isso fosse necessario.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—tendo-se proposto uma autorisação ao governo para mudar de base, entrou em duvida se seria necessario alterar alguns outros artigos do contrato, se o governo contratasse com a nova base para que é autorisado. Entende que não é necessario introduzir no projecto nenhuma outra disposição, porque o governo se julga autorisado a fazer as alterações necessarias se mudar a base, sem carecer de uma autorisação especial para isso, e só lhe seria necessaria essa autorisação se fosse preciso conceder privilegios, ou fazer excepções de leis.

Referindo-se á proposta do sr. Gavicho, observa que o sr. deputado propõe um outro systema; mas mesmo porque é uma materia pouco estudada, por isso que é difficil calcular a relação em que está o producto liquido com o producto bruto, não pôde dizer desde já se a base proposta pelo illustre deputado é ou não vantajosa.

Tem-se dito que a subvenção de 16:000:000 réis é enorme, mas isto está em contradicção com as precauções que se têm proposto, como recalcando que o concessionario não cumpria o contrato, porque se é grande o interesse que ha de auferir em virtude do contrato, de certo que o ha de executar.

O sr. Carlos Bento disse que não entendia um artigo de um contrato que não está em discussão, e elle, orador, declara que não entende bem as theorias financeiras do illustre deputado. O illustre deputado acha monotono que se faça o que s. ex.^a fez, pois que quando foi ministro contratou da mesma maneira, não vendo então os mesmos perigos na emissão de títulos de dívida fundada.

Deseja o illustre deputado saber se o governo se julga autorisado pelo artigo 2.^o da lei para levantar as sommas necessarias para satisfazer aos encargos do contrato, sem ser pela venda de títulos. A resposta está no § 2.^o que diz, que o governo realisará as sommas necessarias pelos meios mais convenientes. E em quanto ao alvitre que s. ex.^a indicou; dizendo que tem sido levantada dívida fluctuante por meio de letras sobre rendimentos publicos, não pôde ser applicado para satisfazer a despesas como as de caminhos de ferro, pela sua importancia e permanencia.

Em quanto á applicação do exército ás obras publicas tem-se feito em alguns paizes, e é isso facil a nações que têm grandes exercitos. Pela sua parte entende que esse meio é conveniente, mas não pelas razões que apresentou o illustre deputado, isto é, porque elle, orador, também foi ministro da guerra cinco dias, e porque o actual sr. ministro da guerra também é director geral das obras publicas, devendo porém observar, que s. ex.^a não accumula ambos os serviços; contudo com um exercito tão limitado como nós temos, nem podemos emprega-lo em fazer caminhos de ferro, nem em obras importantes em larga escala.

O sr. *Lobo d'Avila*:—parecendo-lhe que a autorisação, dada ao governo no § 2.^o do artigo 2.^o, de emitir fundos, cujo encargo annual exceda a 1/2 por cento ao juro d'esses títulos no mercado, é demasiadamente larga, deseja saber o modo por que o sr. ministro da fazenda entende este artigo.

É verdade que uma autorisação tal se deu em outro tempo ao sr. Avila, quando ministro da fazenda, e está consignada em outra lei, mas n'essa occasião quem a propoz foi a opposição, e portanto com similhante procedencia e dando maior latitude ao governo para poder executar as suas operações de credito, não competia ao governo rejeitá-la; mas esse argumento de que já de outra vez se propoz, não inibe de modo algum a que hoje não se estabeleça, porque tem uma latitude demasiada.

A emissão de títulos de dívida fundada tem tido lugar em larga escala, e em proveniencia do desequilíbrio que se dá entre a nossa receita e a despesa, e é necessario que se ponha um limite á facultade d'estas emissões.

A discussão tem tomado uma nova forma. O sr. ministro das obras publicas, aceitando as propostas do sr. Avila, com quanto não quizesse aceitar a eliminção, que elle, orador, propoz, admittiu hypothesees em que se lança uma certa duvida para a execução do contrato, ao passo que eliminando-se o artigo havia a segurança de que o contrato se executaria.

Duvida de que o sr. ministro, aceitando esta autorisação de proceder á construcção do caminho de ferro por conta do estado, se anime a usar d'ella, quando não usou da que lhe era concedida pela lei de 8 de junho de 1859, que não tinha uma latitude tal, por isso que era concedida nos termos de o governo, no caso de não apparecerem concorrentes, ou da praça não produzir resultado, mandar proceder ás expropriações, aos movimentos de terra e obras de arte por sua conta, e depois dar em concurso a exploração da linha a uma empresa; e parecia-lhe que talvez fosse melhor manter a disposição da lei de 8 de junho, porque tendo este caminho de ferro de se ligar com o caminho que vai do Barreiro ás Vendas Novas, e ficando elle agora de diversa largura, o que offerece difficuldades, e faz com que haja baldeação nos pontos de contacto, seria vantajoso dar-se-lhe a mesma largura, e isso só o podia fazer uma companhia de accordo com a do caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas.

Entretanto o sr. ministro adopta essa hypothese, e ao mesmo tempo aceita a base da garantia de juro que n'este caso offerece mais vantagens, porque ha esperança de um grande producto, ao passo que a subvenção sendo superior a 50 por cento das despesas em que se calcula a construcção, era exagerada; mas a garantia de juro tem um inconveniente grave na difficuldade de fiscalisar a exploração.

O seu pensamento não é embarçar a approva-

ção d'este contrato e a construcção do caminho, porque entende que elle é da maior utilidade, e, como já em outra occasião disse, o estado e os poderes publicos devem ter toda a sympathia pelo procedimento empregado pelas povoações, a quem elle mais directamente interessa, no sentido de auxiliar o estado na sua construcção, mas não pôde deixar de fazer estas observações, e lastima que este negocio seja dirigido de modo que depois de logar a duvida, do que resulta que ninguém tem confiança na realisção do contrato.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—o que prova o achar-se agora nas disposições d'este projecto aquillo mesmo que a opposição de outro tempo propoz quando na camara se discutiu o contrato Petto, é que os individuos, que então eram opposição e hoje são governo, têm a mesma opinião quando governo que tinham quando opposição, e que, ao proporem que na lei se introduzisse esta condição, não queriam embarçar o governo de realizar os meios precisos para satisfazer os encargos do contrato, e andavam de boa fé.

Ora, será exagerada a latitude que se deixa ao governo n'este artigo, para que possa realizar os meios necessarios aos encargos do contrato até 1/2 por cento mais do que o juro annual que corresponder aos títulos? Parece-lhe que não. Toda a gente sabe que quanto mais altos estiverem os fundos, maior é a differença em relação ao valor nominal; e o deixar-se esta facultade ao governo, não quer dizer que elle use d'ella, mas que não se quer embarçar em qualquer circumstancia, de realizar os meios necessarios para cumprir encargos que todos approvam.

A significação do artigo é clara e intelligivel. A disposição d'elle é para o caso de haver mais conveniencia em emitir dívida fluctuante do que de dívida fundada; nem pôde ser outro o seu fim, se não autorisar o governo a empunhar os títulos em lugar de os vender.

O governo não pediu mais autorisação nenhuma, nem para mudar a base do subsidio pela garantia de juro, nem para fazer a construcção por conta do estado; mas se a camara está disposta a conceder-lhe estas autorisações, o governo não pôde nem deve recusar-las para prevenir eventualidades, que por ventura se podem dar, porque se hoje ha a esperança de que o contrato é realisavel, podem apparecer circumstancias que façam com que elle não se realice, e não seria a primeira vez: todos se lembram do contrato Petto.

Parece-lhe haver uma notavel confusão da parte de alguns illustres deputados, e particularmente da do illustre deputado que acaba de fallar, no modo de argumentar a este respeito. Pois foi por ventura o animo que falleceu ao governo ou particularmente ao seu collega das obras publicas, para se não aproveitar da facultade que a lei dava ao governo para fazer por conta do estado os movimentos de terra para aquella linha, reservando para mais tarde contratar a conclusão d'ella? Não foi de certo. O governo contratou directamente, porque não pôde fazer a concessão em praça conforme a lei lhe facultava, e entendeu mais conveniente, visto a proposta que se lhe offerecia, fazer a concessão directamente do que executar os movimentos de terra por conta do estado.

É o governo accitando hoje a autorisação que se lhe quer dar, mas que elle não pediu, para em ultimo caso se construir por conta do estado, accitá-la não para procurar pretexto para rescindir este contrato, e para fazer a construcção por conta do estado, porque entende que isso seria menos conveniente, menos economico, e menos vantajoso para o paiz, mas accitá-la como para prevenir uma eventualidade que por ventura se possa dar. Não é porque entenda que o contrato não é realisavel; o governo está convencido de que é realisavel e de que se ha de levar a cabo.

Por tanto, não ha duvidas nem hesitações da parte do governo, o contrato ha de se cumprir e é esta a crença em que o governo está.

Esta questão mesmo é uma questão finda, porque a camara já approvou o contrato, por uma grande maioria, o que significa que a camara assim como o governo, julgou que o contrato era vantajoso, porque se assim o não julgasse, era dever da maioria rejeitá-lo. Portanto, esta questão está já resolvida pela camara, visto que o contrato foi approvedo ao com sete votos contra, e o governo accitando as propostas do sr. Avila, aceita prevenções para hypothesees que por ventura se possam dar, embora o governo não acredite que ellas se deem.

O illustre deputado o sr. Carlos Bento achou, na sua pitoresca phrase, monotona a constante criação de títulos: não lhe diz que não; mas ha muitas outras causas monotonas n'esta nossa terra. É permittido-lhe que diga, sem animo de o censurar, nem de menos consideração pelos seus talentos, que também o seu modo de argumentar a este respeito tem alguma cousa de monotono, porque são os seus discursos de 1856 esquecidos durante o periodo em que esteve sentado nas cadeiras dos ministros. É a mesma idéa, o mesmo pensamento, mas o mesmo incompleto em apresentar meios efficazes em substituição d'aquelles que se propõem, e os quaes o illustre deputado não achou quando era governo. Ha portanto também monotonia em repetir em 1860 o que se dizia em 1856, e que se esqueceram em 1857 e 1858 (*apoiados*).

Todos sabem que ha circumstancias em que, mesmo para levantar estes meios, mais convém o governo adiar a venda dos títulos e crear dívida fluctuante; mas isto tem limites, porque não é possível augmentar indefinidamente a dívida fluctuante na presença do deficit.

O que é mau, o que é inconveniente é que a dívida seja grande, e que haja necessidade de se augmentar; mas isto não se cura com palavras nem com ditos espirituosos; cura-se com meios. O que é preciso é augmentar a receita publica; o que é preciso é que os encargos ordinarios do estado se paguem também com receitas ordinarias, e servirem do credito para aquillo em que não podemos deixar de o empregar, que é para os grandes melhoramentos que é necessario começar, e crê que o governo actual n'esta parte alguma cousa tem feito, e tem mostrado desejos sinceros de entrar, apesar de todas as difficuldades, n'este caminho. Fora d'isto tudo são illuções.

Não quer dar mais largas a estas observações que se repetem n'estes artigos sacramentales, que entram em projectos d'esta ordem, e não são outra cousa senão a consequencia forçosa, directa e immediata da votação do contrato, mas a proposito dos quaes vem sempre estas considerações em grosso sobre o estado do credito, sobre o estado da fazenda, e sobre a maior ou menor confiança que o governo possa inspirar, e sobre meios efficazes em substituição d'aquelles que o governo propõe.

Entretanto, não pôde deixar de aproveitar a occasião para dizer ao illustre deputado, que as circumstancias do nosso credito não são tão desfavoraveis como talvez se lhe affigiram. Em um momento dado, o valor dos nossos títulos por circumstancias independentes da nossa vontade, foi abalado nos mercados estrangeiros, mas esse valor tem-se ido restabelecendo, e hoje mesmo tinha tido noticias de que, tinha havido transacções em grande escala dos nossos fundos em Londres de 45 1/2 a 45 3/4 por cento.

Como todos desejam que o nosso credito prospere, porque sem o credito não se pôde marchar, referia esta circumstancia á camara na persuasão de que

ella não pôde deixar de se lhe ser agradavel (*apoiados*).

O sr. *Ministro da guerra* (visconde da Luz):—manda para a mesa uma proposta de lei para que o governo se autorisado a conceder vantagens, tanto em soldos, como na contagem do tempo de serviço para a reforma aos officiaes e mais praças do destacamento que for servir na provincia de Angola, e bem assim concedendo pensões ás familias dos que alli perecerem em resultado de combate ou das febres do clima.

É remetida com urgencia ás commissões de guerra e do ultramar.

O sr. *Ministro da marinha* (Sá Vargas):—manda para a mesa uma proposta de lei para que seja aberto um credito supplementar até á quantia de 100:000:000 réis para occorrer ás despesas extraordinarias na provincia de Angola.

A commissão de fazenda, ouvida a do ultramar.

O sr. *Carlos Bento*:—não tencionava tomar a palavra pela segunda vez n'esta questão, mas depois do que ouviu aos srs. ministros da fazenda e das obras publicas, vê-se na necessidade de fallar novamente.

Não se pense que, se houve individuos que em epochas determinadas pediram a dívida fundada; se houve ministerio que fez isso, não se cuida que elle foi poupado, e que não fosse por isso accusado. O ministerio d'aquelle tempo era accusado todos os dias, e permittia-lhe a camara que declare que então era outra vida. A opposição d'aquella epocha era um pouco mais activa do que a actual (*apoiados*).

O illustre ministro das obras publicas havia dito que os homens que hoje combatem o governo, quando poder, haviam feito o mesmo. Permittisse-lhe s. ex.^a dizer que nenhum d'elles fez um contrato pelo qual ficasse ao governo prohibida a liberdade de emissão de inscripções. Estava presente um seu collega que sabe, que quando foi apresentado um contrato para um melhoramento importante, e no qual se impunha ao governo a obrigação de não fazer emissões sem se pôr de accordo com o concessionario, o governo de que fez parte disse que tal condição ninguém a podia aceitar, e o resultado foi pelo telegrapho o concessionario dizer que retirava a condição, e cavalheiros tinha havido na capital que tinham dito que foi absurdo exigir do governo similhante condição. Portanto, já se via que havia alguma differença.

Mas algumas palavras que soltou no sentido de se modificar um contrato, e de o tornar mais accitavel, não mereciam iras tão calorosas; porque se os illustres ministros supõem que a divergencia d'elle, orador, a respeito de um projecto é o resultado de uma ambição desenfreada, estão muito enganados.

Conclue dizendo, que discorda da idéa do artigo 2.^o, por quanto acha inconveniente, e muito mais na presente occasião, o augmento do numero dos nossos títulos de dívida publica.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—quando disse que o governo, adoptando a emissão de títulos de dívida publica para satisfazer aos encargos do actual contrato, faz o mesmo que o governo anterior fez, apresentou como argumento a seu favor um facto praticado por todos os governos que têm feito contratos similhantes. A idéa do artigo 2.^o, que se discute, apparece em todos os contratos de caminhos de ferro, que têm sido approvedos por diferentes camaras, e nos que têm merecido a approvação do illustre deputado a quem responde, o sr. Carlos Bento.

S. ex.^a disse, que era necessario recorrer a outro meio, que não seja a emissão de novos títulos de dívida publica; não indicou, porém, esse outro meio: fallou em se levantarem fundos sobre letras que representassem rendimentos publicos, mas este meio não se pôde adoptar para contratos de caminhos de ferro. Autorisar o governo a levantar fundos sobre letras que representem receita publica, pôde-se fazer para a dívida fluctuante, como excepção, não como regra; mas de nenhum modo para contratos de caminhos de ferro. E como o illustre deputado não aponta algum meio adoptavel para se satisfazerem os encargos d'este contrato, e o governo não encontra outro alvitre, continua a sustentar a doutrina do artigo 2.^o, que é o meio a que têm recorrido todos os governos d'este paiz e de outros em contratos como este, e parece-lhe que a camara a deve approvar.

O sr. *Lobo d'Avila*:—não pôde obter do sr. ministro da fazenda a explicação que pediu sobre a interpretação do artigo 2.^o Desejava saber se o 1/2 por cento era sobre a taxa dos fundos, sobre a sua cotação no mercado, ou se era 1/2 por cento de commissão sobre o juro; quer dizer, se é um encargo pago de uma vez, ou se é um encargo permanente. Não deseja difficultar a venda dos fundos publicos para aquillo que elles forem indispensaveis; mas não tem plena confiança em que o governo faça essa venda do modo mais conveniente; por isso que tinha o exemplo do contrato Erlanger, que foi uma venda de fundos em que se deu a commissão de 10 ou 11 por cento, encargo muito superior áquello que fizeram a mesma operação outros governos que precederam o actual. Portanto insta pela explicação que pediu.

O sr. ministro das obras publicas disse que o governo, se accitava estas autorisações, não era porque desconfiasse da realisção da empresa. Mas parece-lhe que, se s. ex.^a confia em que a empresa se ha de realisar, não devia ter accitado taes autorisações, porque, fazendo-o, vai inspirar desconfiança aos capitães que á empresa se queiram associar.

Na sua opinião, só quando o governo tivesse a certeza de que o custo dos movimentos de terra, das obras de arte e das expropriações do caminho de ferro, era superior á subvenção de 16:000:000 réis por kilometro, concedida n'um contrato em que se estabelecesse movimentos de terra para uma só via e outras vantagens, é que tinha um argumento forte para dizer que o systema de adjudicação directa com as condições em que o seguiu no actual contrato, era preferivel a fazer o mesmo governo aquellas obras por sua conta nos termos da lei. S. ex.^a não explicou as razões porque preferiu antes fazer este contrato; só disse que o tinha julgado mais conveniente, mas é preciso que apresente as razões que o levaram a essa convicção.

O sr. ministro das obras publicas disse também, que o verdadeiro modo de resolver as questões de credito era augmentar a receita publica. Também entende indispensavel que se augmente a receita publica, mas entende igualmente indispensavel gerir os negocios publicos com toda a prudencia, circumspecção e economia, a fim de por este modo se justificar a criação de novas receitas, e isto é o que não vê fazer.

Adduz diversos exemplos para comprovar esta ultima asserção, e conclue declarando que continua a não poder votar pelo artigo 2.^o

Dá-se conta na mesa de uma mensagem vinda da camara dos dignos pares, acompanhada da proposição de lei que foi approveda n'aquella camara, com alterações, relativas á concessão de uma pensão á ex.^{ma} duquesa da Terceira.

A commissão de fazenda com urgencia.

O sr. *José Esteves*:—pede que se proceda agora como da primeira vez em que este assumpto veio á camara, ou pelo menos, que se recomende á commissão a urgencia d'este negocio.

O sr. *Rodrigo de Menezes*:—crê que não ha pedido para prorrogação de sessão a fim de se tra-

tar d'este objecto; se o houvesse votaria contra por que a questão é diversa, e carece ser discutida.

O sr. *Visconde de Pindellá*:—requer que se prorogue a sessão até que se vote o artigo 2.^o do projecto em discussão.

Assim se resolve.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—fará breves reflexões attendendo ao desejo que a camara tem de votar o assumpto em discussão. Sente que a questão de confiança fosse trazida para este debate, e que supposições, que não partiriam do banco dos ministros, servissem para fundamentar uma discussão irritante, que o mesmo debate não comporta.

Não quer fazer a confrontação das doutrinas que acaba de apresentar o sr. Lobo d'Avila com aquellas que o mesmo illustre deputado apresentou e sustentou n'outras occasiões, as quaes foram inteiramente em sentido contrario. Então declarava s. ex.^a que não era das economias que esperava a salvação do paiz; que era preciso que ninguém se illudisse, pois que não era da suppressão d'estas ou d'aquellas verbas do orçamento que viria a organização da fazenda publica, nem os meios para os melhoramentos do paiz; não quer fazer agora essa confrontação, limitando-se a offerecer á camara os discursos que então proferiu o illustre deputado, e as phrases que lhe ouviu hoje (*apoiados*).

Pede ao sr. Lobo d'Avila lhe declare, desde quando data a sua desconfiança no ministerio actual? Será do momento em que as autorisações, a que alludiu o illustre deputado, foram concedidas? Seria desde quando o governo usou d'ellas? Não. Na camara dissolvida, em novembro, já depois das reformas, o actual governo teve a fortuna de ser apoiado pelo illustre deputado que tinha dado o seu voto para as autorisações. O illustre deputado não tem pois direito, em nome do seu procedimento antigo e moderno, de pôr a esta administração a questão de confiança; também não tem direito de alludir á despeza do ministerio da guerra por querer levar ao devido complemento a cavallaria do exercito. Em pontos d'esta ordem não se poem questões de confiança. Colocar o paiz na situação que deve ter, augmentar os meios de manter a sua integridade e independencia pelos meios que a lei autorisa e é necessario, não são questões de confiança, são questões de nacionalidade para todo o homem que tem coração portuguez; não são questões de partido (*apoiados*).

Pede desculpa á camara por não ter dito nada sobre o artigo, propriamente em discussão, e apenas se ter referido á questão de confiança; mas deve notar-se que não foi o governo que trouxe a discussão para este tempo; nem ha necessidade d'isso, porque o governo tem bastante confiança na razão que lhe assiste, e na utilidade publica que resultará do projecto em discussão.

A respeito do artigo em discussão, as explicações que o governo deu eram desnecessarias, pois que este artigo é bem claro, e é identico a outros que, em relação ao objecto que n'elle se trata, veiu no contrato Salamanca, e já tinha vindo no contrato Petto, e n'outros.

De passagem diria ao sr. Carlos Bento, que julgou também que do banco dos ministros se lhe tinham dirigido graves accusações; que lhe ha de permittir que o credito não seja monopolio seu, nem de ninguém. O illustre deputado gloriou-se de ter feito opposição a um certo ministerio em nome do credito; mas s. ex.^a bem sabe que essa sua opposição generalisou-se a outros assumptos que pouca ou nenhuma ligação podiam ter com o credito publico. O credito é de todos, é do parlamento, é do governo, e é do paiz (*apoiados*). Não sabe com que razão se possa dizer, usamos do credito para tal cousa; paremos agora.

Para que o paiz obtenha os melhoramentos de que tanto carece e reclama, não pôde recorrer-se a outros meios senão áquelles a que se tem recorrido, e o governo propõe. S. ex.^a disse que havia outros, mas não indicou nenhum, e n'estas cousas não se inventa. O credito todos o desejam manter; é por elle que o paiz obterá os melhoramentos que lhe faltam; e mantem-se votando os meios necessarios para satisfazer aos respectivos encargos. Todos devem pôr empenho em que o credito se mantenha, se se querem os melhoramentos que d'elle podem e devem provir. O credito não pertence a este ou áquello partido, pertence a todos (*apoiados*).

Deve declarar que o contrato Erlanger não inibe o governo de emitir títulos de dívida publica, como se disse na camara: a disposição do contrato inibe até 30 de junho de 1860 a venda de títulos de dívida externa, a não ser por um accordo com aquella casa de commercio; mas isso não inibe o governo de poder emitir títulos de dívida publica tanto externa como interna. E em occasião opportuna mostrará que a disposição do contrato a que se tem alludido, não é tão horrorosa e insustentavel como se tem querido indicar.

O sr. *Thiago Horta* (sobre a ordem):—manda para a mesa o parecer das commissões de guerra e do ultramar, sobre a proposta do governo acerca das providencias a adoptar para os militares que vão servir na provincia de Angola, e requer a urgencia d'este negocio.

O sr. *Presidente*:—declara que este parecer se manda imprimir com urgencia, para entrar em discussão logo que seja distribuido.

O sr. *Ministro da marinha* (Sá Vargas):—pede que, attenta a urgencia do negocio, se consulte a camara sobre se consente que o parecer seja impresso no *Diário de Lisboa* de amanhã, para n'esse mesmo dia entrar em discussão.

O sr. *Presidente*:—declara que em quanto á impressão do parecer no *Diário de Lisboa* não se carecia de votação especial da camara, porque a mesa daria as ordens para que essa impressão fosse logar; mas consultava a camara sobre ser dado para ordem do dia de amanhã.

Consultada a camara a este respeito, decide que este parecer seja dado para ordem do dia de amanhã a fim de entrar immediatamente em discussão.

A requerimento do sr. Infante Pessanha é julgada discutida a materia do artigo 2.^o do projecto n.^o 18.

Posto á votação o artigo 2.^o, é approvedo.

O 1.^o artigo adicional, offerecido pelo sr. Avila, é approvedo, ficando em artigo 3.^o

O additamento do sr. Gavicho, offerecido a este artigo do sr. Avila, é rejeitado.

O 2.^o artigo adicional offerecido pelo sr. Avila, é approvedo, ficando em artigo 4.^o

Indo a votar-se o additamento offerecido pelo sr. Bivar, é retirado pelo seu autor.

Entra em discussão o artigo 3.^o do projecto.

O sr. *Lobo d'Avila*:—sente muito que o sr. ministro da fazenda interpretasse as suas phrases do modo por que o fez, pois que havia declarado que não fallava contra o artigo 2.^o, e apenas desejara obter algumas explicações da parte de s. ex.^a para se convencer da necessidade de dar uma autorisação ao governo no sentido em que estava designada no mesmo artigo, e fôr levado por este desejo que trouxera a questão de confiança.

É visto que s. ex.^a lhe perguntou, desde quando data a desconfiança da sua parte para com a actual administração, dirá que, como homem publico, não tem que dar satisfações a s. ex.^a; confia ou deixa de confiar nos ministerios quando assim o entende; mas para a camara e para o paiz deve dizer, que deixou de confiar na actual administração desde que foram apresentadas á camara pelo sr. ministro

da fazenda as suas medidas financeiras e economicas, porque essas medidas não lhe inspiravam a convicção de que ellas podessem resolver, do modo mais vantajoso, as nossas questões economicas e financeiras; e isto não quer dizer, que ha de rejeitar absolutamente todas essas medidas, ou cada uma d'ellas.

Não sustentou, nem sustenta agora, que pelas economias se melhoraria o nosso estado financeiro, e d'ellas resultariam meios para dar ao paiz os melhoramentos materias de que carece; mas sustenta que uma regular e conveniente fiscalisação na arrecadação da receita publica, maior sobriedade nas despesas, e alguma economia concorrerá para facilitar, juntamente com outras medidas, o augmento da receita publica que é necessario que tenha lugar para se attender aos diversos encargos provenientes dos projectos de melhoramentos que se tem votado.

Quando á questão Erlanger não diz nada, reserva para occasião opportuna mostrar que se fizeram operações de vendas de títulos de dívida publica, por prego inferior áquello que se fez com esta casa commercial.

A vista d'isto, entende que não merecia que o sr. ministro da fazenda lhe respondesse com a violencia com que o fez.

Não havendo mais nenhum inscripto, é posto a votos o artigo 3.^o, e é approvedo, assim como o artigo 4.^o

O sr. *Presidente*:—dá para ordem do dia de amanhã o parecer das commissões de guerra e ultramar, e mais os projectos n.^{os} 22, 24 e 33, e declarando que ficava também em ordem do dia o projecto n.^o 31, levanta a sessão.—*Eram quatro horas e um quarto da tarde.*

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 4 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Cancellia, Braamcamp, Alves Martins, Lacorda (Antonio), Dias de Azevedo, Eluterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Secco, Couto Monteiro, Pequeto, Roballo, Rodrigues Sampaio, Santos Lessa, Tiburcio Carneiro, Vaz da Fonseca, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abrantes, Carlos Bento, Ferreri, Cyrillo, Conde da Torre, Custodio de Faria, Custodio Rebelo, Cyriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Mousinho, Filipe Brandão, Bivar, Barroso, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Soares Franco, Posser, Gaspar Teixeira, Gomes Palma, Jacinto de Andrade, Gamboa, João José de Azevedo, Mello Soares, João Rebelo, Castro Portugal, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, D. José de Alarcão, Frazão, Rojo, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Luiz Albano, Camara Leme, Mendes de Vasconcelos, Pinto Tavares (Luiz), Affonseca, Rocha Peixoto, Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Charters, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Thiago Horta, Visconde de Pindellá, Visconde de Portocarrero.

Em virtude da resolução da camara dos srs. deputados, se publica o seguinte:

Senhores.—As commissões reunidas, de guerra e ultramar, examinaram a devida attenção a proposta do governo, para serem concedidas diversas vantagens ás praças, que devem formar o contingente do corpo expedicionario que as circumstancias reclamam, se faça partir com urgencia para Angola.

As vantagens consistem em o augmento do vencimento, que exigem as circumstancias especiaes da possessão de que se trata, e a necessidade de habilitar os militares, que têm de fazer parte da expedição, a proverem á sustentação de suas familias, e a garantir as pensões de guerra, e a contagem do tempo de serviço, pelo mesmo modo e pela mesma maneira, por que têm sido concedidas em outras occasiões em que se exigiam talvez menos sacrificios.

As vossas commissões entendem que similhante medida é aconselhada pelas maiores considerações de conveniencia publica e de equidade, e são de opinião que a proposta do governo deve ser convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.^o É o governo autorisado a conceder aos officiaes e mais praças, facultativos e empregados de saúde, officiaes de fazenda militar e capellães, que compozerem o destacamento destinado á provincia de Angola as seguintes vantagens:

1.^a Para reforma, para baixa ou passagem a veteranos, o dobro do tempo que decorrer desde o dia em que o destacamento sair o porto de Lisboa, até áquella em que no seu regresso desembarcar em Portugal.

2.^a O dobro dos respectivos vencimentos, de soldo, gratificação e pret, durante o referido tempo.

Art. 2.^o Aos individuos especificados no artigo antecedente, que se impossibilitarem no serviço, e ás familias dos que fallecerem por effeito de ferimento em combate, por desastre, ou por molestias endemicas devidamente comprovadas, serão applicadas as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 3.^o Fica revogada a legislação em contrario. Sala das commissões, em 4 de abril de 1860.—*V. Ferrer—A. Augusto Correia de Lacorda—João Mendes Neutel—João Pinto de Magalhães—Antonio Maria Barreiros Arrobas—João de Sousa Machado—Barros e Sá—Francisco Joaquim da Costa e Silva—Bernardo Francisco de Abrantes—Alexandre Balduino Severo de Mendonça—Augusto Xavier Palmeirim—D. Luiz da Camara Leme—Thiago Augusto Velloso de Horta, relator—Carlos Cyrillo Machado.*

Senhores.—Para occorrer promptamente ás necessidades do serviço publico, que determinam a immediata collocação temporaria de uma força militar do exercito de Portugal na provincia de Angola, temos a honra de submeter á vossa approvação a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.^o É o governo autorisado a conceder aos officiaes e mais praças, facultativos, e empregados de saúde, officiaes de fazenda militar, e capellães, que compozerem o destacamento destinado á provincia de Angola, as seguintes vantagens:

1.^a Para reforma, para baixa ou passagem a veteranos, o dobro do tempo que decorrer desde o dia em que o destacamento sair o porto de Lisboa, até áquella em que no seu regresso desembarcar em Portugal.

2.^a O dobro dos respectivos vencimentos, de soldo, gratificação e pret, durante o referido tempo.

Aveiro—Referindo-se aos trabalhos municipais encetados pela vereação d'este concelho, escreve o seguinte o *Campeão das Províncias* de 2 do corrente:

«As obras da Malhada continuam em grande desenvolvimento. A estrada está aberta em toda a linha, e dentro de pouco deve começar o empedramento, por isso mesmo que os trabalhos preliminares d'elle vão começar. A camara resolveu substituir os muros de tórão com estacaria por cões de pedra, o que torna a obra mais dispendiosa, mas solida e completa. As primeiras pedras devem ser lançadas ainda esta semana.

«A execução do plano foi commettida ao chefe de secção das obras publicas o sr. Antonio Rufino Pereira Barbosa, cujo zelo e actividade são mais uma garantia de perfeição e solidez da obra. A camara tem encontrado todo o apoio da parte do digno director das obras publicas do districto, e sem os seus serviços e bons desejos não poderia ter feito tanto.»

«O mesmo jornal publica a noticia que em seguida se lê acerca da feira, denominada dos Trinta, que se faz n'aquella cidade:

«Esta feira, que ha pouco se estabeleceu n'esta cidade, tem tido bastante concorrência n'estes ultimos mezes, tanto de compradores como de gado. Na do mez findo venderam-se ali quantos bois gordos appareceram, não chegando a oferta para o pedido. Com o andar do tempo é de crer que esta feira venha a ser uma das boas do districto.»

Porto—Acerca dos dois vapores *Lusitania* e *Lisboa*, que devem estabelecer uma communicação regular entre as duas principaes cidades do paiz, encontra-se o que em seguida transcrevemos do *Comercio do Porto*:

«No jornal inglez *North British Daily Mail* de 25 de abril, publicado em Glasgow, dá-se a seguinte noticia acerca d'aquelles dois vapores, o primeiro dos quaes não tardará a chegar ao Tejo para dar principio ás suas carreiras entre Lisboa e Porto:

«O novo vapor de rodas *Lisboa*, de quinhentas e trinta toneladas e da força de cento e vinte cavallos, construido pelos srs. John Reid & C.ª, de Glasgow, e o machinismo pelos srs. Macnab & C.ª, para os srs. G. Hancock & C.ª, de Lisboa, fez no dia 21 uma pequena viagem de experiencia de cendo o rio, a qual foi realisada com o melhor exito. Na sua marcha o vapor *Lisboa* percorreu a distancia entre Clich e Cumbraes Lights (13,66 milhas) em uma hora, oito minutos e vinte e cinco segundos, e sua volta para cima em uma hora, oito minutos e dez segundos, fazendo as machinas trinta e cinco e meia milhas de revoluções por minuto, com uma pressão de deztoito libras por pollegada quadrada. O consumo de combustivel foi mui diminuto. O *Lisboa* é construido com toda a solidez, e com pequena força em comparação da lotação; o resultado da experiencia é por isso considerado como mais satisfatorio possível.»

«Fallando do *Lusitania* diz o referido jornal, que este vapor chegará ao rio no dia 22 para reparar os estragos soffridos no sinistro que tivera á entrada da barra do Porto, tendo-se-lhe aqui feito temporariamente os reparos indispensaveis devidos aos esforços do sr. Miller e do engenheiro. O *Lusitania* ia entrar na doca dos srs. Steele & C.ª para se dar principio a um concerto radical.

«O vapor *Lusitania* foi construido ha perto de tres annos pelos mesmos constructores do vapor *Lisboa*, e o machinismo pelos srs. Macnab & Clark. —Um jornal portuense, o *Amigo do Povo*, deu ha poucos dias a noticia de que no reino visinho já haviam comegado, junto ao marco que faz a divisão da raia, os trabalhos do caminho de ferro que ha de entroncar com a via ferrea portugueza de leste. —O *Eco Popular*, dando conta da caga dos lobos que se projectava fazer no domingo ultimo no districto do Porto, diz que ella seria feita pelos tres concelhos de Vallongo, Santo Thyr e Paços de Ferreira, fechando-se o cerco no Pilar. Cada casa era obrigada a dar um homem.

Braga.—Na estrada que d'esta cidade se dirige a Valença deviam pôr-se em arrematação, no dia 1 do corrente, segundo os annuncios publicados nas folhas do norte, os seguintes trabalhos:

1.ª Abertura do leito da estrada comprehendida entre o Rio Homem e o sitio do Allivio, na extensão de 2.500 metros.

2.ª Abertura do leito da estrada comprehendida entre o Allivio e Villa Verde, na extensão de 2.423,1 metros.

3.ª Fornecimento de 2.750 metros cubicos de pedra britada para o empedramento do primeiro lanço acima mencionado.

4.ª Fornecimento de 2.670 metros cubicos de pedra britada para o empedramento do segundo lanço.

Barcellos.—Conforme escreve o jornal d'esta villa esperava-se grande concorrência á feira que devia ali ter logar no dia 3 do corrente, e que se denomina *feira das cruces*.

Muitas familias distinctas da provincia vão, em consequencia d'isto, chegando á mencionada villa. —O *Barcelloense* tambem diz, que na freguezia de S. Verissimo um ferreiro, incitado por desgostos domesticos, pozera termo aos seus dias, lançando-se n'um ribeiro que passa n'esta freguezia, onde desgracadamente conseguiu os seus intentos. O desgraçado suicida parece que deixára dito á familia as dividas que tinha, e bem assim umas promessas que desejava se cumprissem.

ILHAS

Angra do Heroismo.—O jornal, *A Terceira*, de 14 do passado, dando noticia da inauguração do asylo de mendicidade d'esta cidade, diz que no dia anterior se abriu este estabelecimento de caridade, a que assistia o ex.º rev.º sr. bispo de Angra e o rev.º doutor vigário geral, o ex.º governador civil do districto e seu secretario, a commissão installadora do mesmo asylo, e grande concurso de pessoas de distincção de ambos os sexos.

S. ex.º rev.º benzeu os dormitórios e refeitórios do asylo, e passou depois á igreja contigua a este estabelecimento, aonde levantou um *Tz Deum* em acção de graças por tão feliz acontecimento. Seguiu-se depois o jantar aos vinte e dois asylos, que foi servido por alguns membros da commissão e pelo ex.º governador civil: durante elle tocou escolhidas peças a harmonica terceirense. Damos os parabens ao ex.º sr. José Maria da Silva Leal, por ter conseguido a fundação do tão caritativo estabelecimento, em cujos esforços teve certamente mui distincta parte a illustre commissão installadora.

O mesmo jornal dedica ainda outro artigo a este assumpto, em que se encontram os seguintes paragrafos:

«Abriu-se hoje n'esta cidade um estabelecimento de grande alcance humanitario, e que em todas as nações civilisadas costuma apreciar-se como demonstração de verdadeiro progresso.

«Inaugurou-se hoje um asylo de mendicidade, dedicou-se á humanidade desvalida um d'esses monumentos que honram a sociedade que os promove, e ennobrecem todos aquelles que lhes dão impulso.

«Estimamos a fundação do asylo de mendicidade: foi essa uma das nossas primeiras indicações n'esta

folha, logo que ella principiou sua existencia; desejamos que este estabelecimento prospere á sombra da caridade terceirense, e que a sociedade colha d'elle o maior numero de vantagens.

«Com justiça cabe todo o louvor ao ex.º governador civil d'este districto, pela iniciativa que teve em tão civilisadora empreza, na qual foi conjuvado pela illustre commissão nomeada por s. ex.º, e geralmente pelos terceirenses que se têm prestado a auxiliar a sua fundação.

«O dia 14 de abril será um dia sempre commemorado pela pobreza, e a essa recordação andará naturalmente ligado o nome do chefe administrativo que promoveu a inauguração de mais uma casa de caridade na ilha Terceira!»

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid que alcançam até o 1.º do corrente, e de Paris até 28 do passado.

N'estas folhas encontram-se os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Londres, 30 de abril.—Respondendo lord Clarendon a lord Woodhouse, disse, que tinha sido proposta a conferencia, porém que não era cousa ainda resolvida.

Turim, 1.º de maio.—O parlamento não se reunirá senão depois de passadas as festas.

O tratado de cessão não se discutirá sem se terem fixados os novos limites entre os dois estados.

Despachos dados pelo jornal *El Dia*: Vienna, 29 de abril.—A noticia da destituição do principe Milosk não tem fundamento.

Uma carta autographa do imperador, datada de 22, ordena a dissolução dos governos provinciais de Cracovia e de Czernowitz.

Turim, 29 de abril.—A 18 os insurgentes, entrincheirados na cidade de Carini sustentaram um combate, que já durava havia quatro dias. Reforçadas as tropas reaes tiveram aquelles que retirar-se a Partenico, deixando 250 mortos. O exercito do rei teve 300, sendo consideravel o numero de feridos por ambos os lados.

A cidade de Carini foi saqueada e incendiada. Em Palermo houve novas execuções de pena ultima.

Os emigrados napolitanos e romanos residentes em Liome, apresentaram ao rei Victor Manuel, por meio de Ricassoli, uma exposição, documento em que punham algumas esperanças.

Despachos dados pelo *Horizonte*:

Paris, 29 de abril.—O *Morning-Post* diz que a hora da decadencia da Austria sou: e que á Prussia se apresenta uma occasião magnifica de tomar uma posição importante na Europa.

O *Times* diz que o suffragio universal é um absurdo, e uma inivel comedia.

Corunha, 30.—Dos quatro homens armados que se apresentaram n'esta provincia, tres já foram capturados. A guarda civil persegue muito de perto o ultimo que falta.

Algeciras, 30.—Não ha novidade. Continua o desembarque dos objectos procedentes de Africa. N'esta região apenas restava a tropa que ha de fazer a guarnição de Tetuão, Serralho, etc.

HESPAHIA

A *Gaceta* do 1.º do corrente publica os reaes decretos em virtude dos quaes o duque de Tetuão volta a encarregar-se da presidencia do conselho e do ministerio do ultramar, cargos que interinamente tinham exercido os srs. Ulloa, chefe da direcção do ultramar, e Calderon Collantes, ministro dos negocios estrangeiros.

Uma carta dirigida de Aranjuez á *Correspondencia de Espana*, com data de 30 do passado, escripta á uma hora da madrugada, e que chegou a Madrid vinda n'um trem expresso que a essa hora partiu d'ali, diz que o conselho de ministros havia estado reunido desde as duas horas da tarde até depois das quatro. Em seguida foi o duque de Tetuão ao palacio onde teve a honra de ser recebido por sua magestade a rainha, e de conversar com ella por espaço de mais de uma hora. Os ministros haviam em seguida jantado juntos, sendo estes os unicos factos positivos que a alludida carta mencionava.

A mesma affiançava ainda que o presidente do conselho contava com a completa confiança da rainha, e que tinha liberdade ampla para obrar como julgasse mais conveniente aos interesses publicos.

Algumas folhas de Madrid, e entre outras o *Pensamiento Espanol*, tinham alludido a uma declaração em que os ex-principes de Hespanha reconhecia a legitimidade da rainha D. Isabel II. Esta declaração parece com effeito existir, não reconhecendo a legitimidade da rainha, mas sim fazendo a renuncia dos supostos direitos dos principes. Eis-aqui este documento conforme o publica a *Correspondencia de Espana*:

«Eu D. Carlos Luiz de Bourbon e de Bragança, conde de Montemolin, digo, e á face do mundo sollemnemente declaro, que intimamente persuadido, da inefficacia das tentativas que se têm feito a prol dos direitos que creio ter á successão da coroa de Hespanha, e desejando que pela minha parte, nem invocando o meu nome, torne a perturbar-se a paz, a tranquillidade e o socego da minha patria, cuja felicidade anheio, de *motu proprio*, e com a mais livre e espontanea vontade, e para que nada concorre a reclusão em que me acho, renuncio sollemnemente agora, e para sempre, aos enunciados direitos; protestando que este sacrificio que faço nas aras da minha patria, é effeito da convicção que adquiri na ultima malograda tentativa, de que os esforços que em meu favor se fizessem occasionalmente sempre uma guerra civil, o que quero evitar á custa de qualquer sacrificio.

«Portanto, empenho a minha palavra de honra, de não tornar mais a consentir que se levante em Hespanha, nem em seus dominios, a minha bandeira, e declaro que se por desgraça houver no futuro quem invoque o meu nome para este fim, o terei como inimigo da minha honra e fama. Declaro tambem que no instante que chegue a gosar de plena liberdade, renovarei esta voluntaria renuncia, para que em tempo algum se possa pôr em duvida a espontaneidade com que a formulo. Que a ventura e a felicidade da minha patria seja o galardão d'este sacrificio! Dada em Tortosa a 23 de abril de 1860.—Assignado: Carlos Luiz de Bourbon e de Bragança.»

A renuncia do ex-principe D. Fernando, diz ainda a *Correspondencia*, está concebida em termos analogos.

INGLATERRA

Segundo escreve a *Pressey*, na camara dos communs prosegue com muito interesse a discussão do projecto de reforma. Têm-se pronunciado interessantes discursos. A maior parte dos oradores, adherindo de livre vontade á extensão do direito eleitoral, não deixam contudo de fazer sentir as desgraças que a Inglaterra podia correr se o poder fosse parar ás mãos da classe menos esclarecida da nação, e se o numero viesse a triumphar sobre a intelligencia. Um governo mixto, disse Black, sustentado por uma representação parlamentar, é o melhor instrumento que até hoje se tem conhecido para governar os homens; que era verdade que este instrumento não era perfeito, porque era d'este mundo, mas que elle não devia ser reformado, senão

com o maior cuidado.» Depois continuou dizendo que o direito do suffragio não era um direito absoluto, e que a sociedade podia exigir em troca d'esse direito que concedia certas garantias de intelligencia e de moralidade.

Sir E. B. Lytton orou quasi no mesmo sentido.

DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Circular dirigida por mr. Thouvenel aos agentes diplomaticos da França nas cortes allemães, acerca da palavra revindicção, empregada pelo imperador dos francezes, fallando da Saboya.

Paris, 15 de março de 1860

«Senhor.—Noto nos jornaes allemães que se ligam grande importancia, e um sentimento, que não é o verdadeiro, a uma palavra do discurso do imperador, a de *revindicção*, de que sua magestade se serviu, fallando da questão da Saboya. Uns vêm n'esta palavra a tenção de se evocar a antiga cessão consentida em 1796 pela Sardenha; e outros o pensamento de basear-nos o nosso pedido na differença que o tratado de 1814 apresenta, quando comparado com o de 1815.

«O governo do imperador julga do seu dever protestar contra uma interpretação essencialmente erronea de uma palavra, que todavia tem a sua explicação natural. Sua magestade, mencionando as mudanças territoriaes que se operam na Italia, como devendo piorar a nossa condição do lado dos Alpes pelo tratado de 1815, se ella não fosse modificada, disse que essas mudanças lhe conferiam o direito de pedir ao rei da Sardenha uma modificação justificada pelas circumstancias puramente actuaes, e pelas necessidades provenientes d'ellas, com relação á França. O que se pede, em nome do direito que se suppe existir, não será aquillo a que em francez se dá o nome de *revindicção*... É acaso as explicações em que o imperador entrou não indicavam claramente que os unicos titulos sobre os quaes essa revindicção se baseava, era, repito, o facto novo de um consideravel engrandecimento do Piemonte, engrandecimento este que lesa a posição que adquirimos em virtude dos tratados, e nunca o pensamento de se reportar a actos ou a acontecimentos anteriores? Acaso o compromisso de dar previamente explicações ás potencias, compromisso realisado pela communicação de que tive a honra de vos mandar uma copia, não é sufficiente para destruir similhante pensamento? Julgamos poder, n'esta parte, appellar com toda a confiança para a equidade e bom senso dos gabinetes.

«Podeis ler esta nota ao ministro dos negocios estrangeiros de..., e fazer uso das indicações que ella contém para retificar as falsas apreciações que possam ainda surgir.—Sou, etc., Thouvenel.»

(L'Indépendance Belge.)

NOTÍCIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INSTITUTO D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHINICA

MAIO—A	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	753,12	17,1	71,4	NE.
3 t.	751,94	20,6	48,0	OSO.

DIA 3.

Maxima—temperatura.....	20,0 C.
Minima.....	10,2 »
Ozone (de noite).....	5,5 »
Ozone (de dia).....	4,0 »
Chuva (udometro).....	0,0 mil.
Evaporação (vapormetro).....	5,6 »

Altura barometrica correcta.

Altitude do observatorio 55,1 metros.

Temperatura á sombra.

NOTÍCIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BAHIA DE LISBOA

Dia 4 de maio de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Liberdade, hiate portuguez, mestre J. de Macco, de Villa Nova de Portimão em 6 dias, com cepe; 6 pessoas de tripulação e 5 passageiros, que são: Paulino José de Jesus, Ignacio da Silva, maritimos; 1 praça de marinagem, Maria Isabel, Anna da Silva Conceição; portuguezes. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas e meia da noite.

Sousa & Comp.ª, patacho portuguez, capitão F. J. de Sousa, de Pernambuco em 43 dias, e da ilha de S. Miguel em 6 dias, com assucar, melao e mais generos a J. J. Miron; 15 pessoas de tripulação, 1 mala e 3 passageiros, que são: José Pereira e sua mulher, trabalhador; Maria Alexandrina de Medeiros, portuguezes.

Marie, brigue francez, capitão B. Lapres, de Nantes em 8 dias, com trigo a J. M. C. de Mendonça; 8 pessoas de tripulação.

Margarida, hiate portuguez, mestre J. F. Serra, de Genova em 22 dias, com trigo a F. O. Bello; 8 pessoas de tripulação e 1 mala.

Senhora do Rosario e Almas, cahique portuguez, mestre A. da Luz, de Peniche em 12 horas, com vinho e encomendas; 9 pessoas da tripulação e 8 passageiros, que são: Antonio Maria da Costa, Bento Fernandes Catana, maritimos; Maria Gertrudes da Conceição, com 1 pessoa de familia; Ignez de Jesus, e 3 expostos; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordronneau, para a barra do Porto, Vigo e S. Nazaire, com vinho, fructa e mais generos; 26 pessoas de tripulação e 69 passageiros.

Adelaide, bateira, mestre J. P. dos Santos, para a Figueira, com varios generos; 6 pessoas de tripulação.

Tentadora, bateira, mestre J. Maria, para Villa Nova de Milfontes, com trigo e milho; 6 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Caetano, Joaquim Coutinho, trabalhadores; portuguezes.

Valente 2.º, hiate portuguez, mestre J. D. dos Santos, para Setubal, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

S. José 2.º, patacho portuguez, capitão J. Ferreira, para a ilha de S. Miguel, com pedra de cal e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 4 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 5 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 2

Entradas.—Portuguezes, vapor de guerra *Lynce*, de cruzar; hiate *Tricana* do Aveiro, de S. Miguel em 10 dias; galeota hollandeza *Gael Bedoetig*, de Hamburgo em 15 dias.

Saiu o cahique portuguez *Flor de Maio*, para Ceimbra.

Fôra da barra ficam dois hiates portuguezes, e o brigue francez *Jeanne Elvina*.

O mar está bom.—O vento esteve SE. brando, SO. e NO., agora N. regular.

De Villa do Conde, do dia 30 de abril

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Vianna do Castello, do dia 2 de maio

Entradas.—Portuguezes, hiate *Bom Jesus do Monte*, de Aveiro, com sal; cahique *Villa Nova de Portimão*, de Villa Nova de Portimão, com sal.

Saiu o hiate *S. Vicente*, para Corck, com milho.

De Caminha, do dia 2

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NO.

Da Figueira, do dia 2

Entradas.—Portuguezes, hiate *S. Lourenço*, de Vianna, com milho; rasca *Favorita*, de Lisboa, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma nem se avista.

Mar bom.—Vento NNO. e NO. regulares.

Da Eriçeira, do dia 2

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento NNO.—Mar bom.—Tempo claro.

De Tavira, do dia 2

Entrou o cahique portuguez *Senhora dos Martyres*, de Gibraltar em 4 dias, com arroz e couros.

Saiu o cahique portuguez *Sacramento* e *Martyres*, para Gibraltar, com lenha e ovos.

Tempo bom.—Vento SO.

De Faro, do dia 2

Entradas.—Portuguezes, cahiques *S. Vicente Ferreira*, de Vianna, com milho; *Senhora da Boa Viagem*, de Gibraltar, em lastro; palhote *Sympathia*, de Lisboa, com cereaes.

Saídas.—Portuguezes, cahiques *Santo Antonio* e *Almas*, para Gibraltar, com carvão e sal; *S. Domingos*, vazio.

Bom tempo.—Vento NO. e N. bonançoso.

De Setubal, do dia 2

Entradas.—Barcas, norueguesa *Olafkuirri*, russiana *Junjo*; bateira portugueza *Saudade*.

Saídas.—Portuguezes, hiates *Senhor dos Passos* e *Lanceiro*.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 3 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 4 de maio—3 por cento consolidado a 49,50 49,40 e 49,50—3 dito differido a 39,45 e 39,35.

Bolsa de Paris, em 4 de maio—3 por cento francez a 71,30—4 1/2 dito a 96,50.

Bolsa de Londres, em 4 de maio—Consolidados de 95 1/8 a 95 1/4.

AVISOS

SOCIEDADE DAS CASAS DE ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DE LISBOA

A reunião da assembleia geral dos srs. subscriptores, não podendo ter logar na sala do risco do arsenal da marinha, conforme se tem annunciado, terá logar no domingo 6 do corrente, no salão do theatro de D. Maria II.

Lisboa, 4 de maio de 1860.

MONTE PIO GERAL

O ex.º conselheiro presidente da assembleia geral convida a mesma a reunir-se na proxima quarta-feira 9 do corrente, pelas sete horas e meia da tarde, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos, e outros objectos pendentes.

Sala das sessões, 4 de maio de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

A direcção d'este monte pio annuncia que no domingo 6 do corrente, pelas dez horas da manhã, continua o leilão de penhores.

Escritorio do monte pio geral, em 1 de maio de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

MONTE PIO PHILARMONICO

O presidente da assembleia geral faz constar a todos os socios, que pelo artigo 12.º dos estatutos têm voto na mesma assembleia, que na conformidade do § 1.º do artigo 36.º dos mesmos estatutos, se ha de reunir a dita assembleia no dia 10 do corrente, na sala das suas sessões, pelas tres horas da tarde.

Sala das sessões, 3 de maio de 1860.—O 2.º secretario, Luiz Gonzaga de Sousa Andrade Ferreira.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

O MARQUEZ DE POMBAL, ou o attentado de 3 de setembro de 1758. Romance historico, traduzido em portuguez. Preço 240 réis.

O MARQUEZ DE POMBAL, ou o terremoto de 1755. Drama original em 3 epochas e 7 quadros, por Luiz José Baiardo. Preço 160 réis.

Vendem-se em Lisboa na loja das sr.ª viuva Marques & Filha, rua Augusta n.º 15, moderno, e em Coimbra, na loja da imprensa da universidade.

LEITURA RECREATIVA E BARATISSIMA

Acham-se á venda nas lojas dos srs. Lavado, rua Augusta n.º 8—Pereira, na mesma rua n.º 186—e Baptista, calçada do Combro, defronte da rua Formosa, alguns exemplares do 2.º e 3.º volumes do *Receptor*, edição que constou de 4 bellos volumes em 4.º grande, de 416 paginas cada um, a duas columnas. Qualquer dos volumes contém romances completos, e por isso se tornam independentes uns dos outros. Esta obra, impressa com muita nitidez, foi reimpresa a 18040 réis por volume; mas vende-se agora a 400 réis cada um, visto não estar completa; o que todavia não lhe abate muito do seu merecimento pelos motivos acima expostos. O interessantissimo romance, que occupa todo o 2.º volume, formava cinco tomos em francez, d'onde foi traduzido, e por isso se pôde avaliar da barateza da obra. O 3.º volume contém varios romances, todos elles

	PRESSÃO	TEMPERATURA AO TEMPO	TEMPERATURA Á SOMBRA	HUMIDADE	TEMPERATURAS MÁXIMAS E MÍNIMAS ABSOLUTAS		<p>Dia 1: Chuv. pelas 5 e 80' t.—Dia 2: Ha. ord. lu. ás 9 n.—Dia 3: Ha. ord. ao m. d. ha ord. lu. ás 9 n.—Dia 4: Ha ord. lu. ás 9 n.—Dia 6: Ha ord. lu. ás 9 n.—Dia 7: Alg. ch. pela madrugada, ch. ra. depois do m. d., ch. mod. pel. t. n.—Dia 12: Ch. m. depois da m.—Dia 13: Pequ. ag. ás 9 e 30' m.—Dia 17: <i>Chuva de algodão</i> durante o dia.—Dia 30: Vento m.^o fresco da m. n. ás 4 da m.</p>
					À SOMBRA	NA RELEVA	
Extremas do mez	<p>(Máxima (das 4 epochas diarias) 764,69 em 16 ás 9 h. da manhã</p> <p>Mínima 747,99 » 8 ás 3 h. da tarde</p> <p>Varição máxima 16,70</p>	<p>21,9 em 18 ás 3 h. da tarde</p> <p>5,5 » 10 ás 9 h. da manhã</p> <p>16,4</p>	<p>19,9 em 6 e 18 ás 3 h. da tarde</p> <p>4,7 » 10 ás 9 h. da manhã</p> <p>15,2</p>	<p>100,0 em 31 ás 9 h. da noite</p> <p>26,7 » 10 ás 3 h. da tarde</p> <p>73,3</p>	<p>20,6 em 18</p> <p>2,7 » 10</p> <p>17,9</p>	<p>48,8 em 28</p> <p>-1,6 » 11</p> <p>50,4</p>	<p>Luz Zodiacal em as noites de 17, 18 e 19.</p>

ABREVIATURAS							
ag.	aguacero	ene.	enochero	lim.	limpo	rel.	reclampos
alg.	alguma, alguma	enn.	enmeado	m.	manhá	rh.	rhemetro
alg. l.	alguma tanto	esc.	escuro	m. t.	mau tempo	ri.	riço
an.	aniquilado	esp.	espanto parabolico	m. n. t.	modo bom tempo	sar.	sareira
ar.	aragem	extr.	extremamente	mod.	moderado	sec.	seco
arc.	ascendente	f.	frio	m. d.	meio dia	son.	sombra, sombra
asp.	aspecto	for.	forte	m. n.	meia noite	staj.	stajido
b. t.	bom tempo	f.	fraco	nev.	nevoso	s.	inferior
ba.	bafagem	fra.	fraco	ne.	nevoas	s.	superior
bast.	bastante	fui.	fui	ne.	nocturna	temp.	temporal
bna.	bonanza, bonanzaço	g. p.	guadalupe	nt.	nascante	temp.	temporal
br.	brando	g. ra.	grainio	nub.	ublado	th. c.	thermometro centigrado
ca.	caloroso	grossa.	grossa	nuc.	nucens	th. e.	thermometro em fahrenheit
ce.	cuchila	h. s.	hallo solar	s.	nucens desatascada	th. e. som.	thermometro a som
ce.	carrgado	h. l.	lunar	s.	dispersa	th. exp.	thermometro exposto
cer.	cerrado	h. ord.	ordinario	s.	solis	tol.	tolido
ch.	chuvia	h. ext.	extraordinario	n. ol.	noite	tro.	trovoas
m.	minia	hor.	horizonte	or.	oracello	trov.	trovoada
mol.	modrada	h.	humido	ozom.	ozom, econometro	tr.	trovoas ao longo
nu.	nuva	int.	intenso	prox.	proximo	tur.	turvo

Anemographo.—É o anemometro do *Oster*, bastante modificado. Regista a todo o instante a *direcção* e a *velocidade* do vento. O *catavento* é o motor para o registo dos rumos dos ventos; e uma *continha* o do registo das velocidades. (V. o *Diário do Governo* de 12 de fevereiro de 1856, ou o *Quadro dos elementos médios do outono* de 1855.)

Os rumos dos ventos d'estes quadros são os predominantes ou médios dos havidos da meia noite ao meio dia até as 2 h, das 2 h. até as 4, das 4 até as 6, etc. Os rumos subentendendo-se sempre reforçados á meridiana verdadeira. Os n.ºs 79, 62, 27, etc., da parte inferior da última columna á direcção, são as sommas dos ventos N, NNE, NE, etc., e das calmas e variáveis, que tiveram logar durante o mez.

As *velocidades* são os numeros de kilometros percorridos á 1, 2, 3 horas, etc., depois da meia noite ou do meio dia. Quando na linha correspondente a C (calma) estiver algum kilometro, esta velicidade é de zero, e quando o vento que se seguiu á calma.

Udógrafo.—Regista a chuva e as horas em que chove. O peso da agua pluvial, que vai caindo, faz pender, cada vez mais, o recipiente interior do udómetro, e este movimento produz o do tirante, que mancha o lapis. (V. o *Diário* ou o *Quadro* citado.)

Os quadros da parte inferior da columna contém o estado do tempo ás 9 h, da manhã, meio dia, 3 h, da tarde, e 9 h, da noite, bem como outros elementos, que não vem nos *Quadros das observações trilharias*. Os rumos dos ventos, predominantes ou médios, de duas em duas horas,

e as suas *velocidades*, de hora em hora, publicam-se em *Quadros* proprios, bem como as observações *magnéticas*.

Anno meteorológico.—Começa no 1.º de dezembro, e finda em 30 de novembro do anno civil immediato.

Inverno meteorológico: dezembro, janeiro e fevereiro.

Primavera meteorológica: março, abril e maio.

Verão: junho, julho e agosto.

Outono: setembro, outubro e novembro.